

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
URI – CAMPUS DE SANTO ÂNGELO – RS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE
ORGANIZAÇÕES – MESTRADO
INOVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO**

VANESSA HERNANDES OLIVEIRA DE OLIVEIRA

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: DOS NÚMEROS À PARTICIPAÇÃO DA
SOCIEDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ATRAVÉS DE UMA
VISUALIZAÇÃO MAIS ESCLARECEDORA**

**Santo Ângelo/RS
2016**

VANESSA HERNANDES OLIVEIRA DE OLIVEIRA

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: DOS NÚMEROS À PARTICIPAÇÃO DA
SOCIEDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ATRAVÉS DE UMA
VISUALIZAÇÃO MAIS ESCLARECEDORA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Campus de Santo Ângelo, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações.

Orientadora: Profa. Dra. Lucélia Ivonete Juliani

**Santo Ângelo/RS
2016**

O48p

Oliveira, Vanessa Hernandes Oliveira de

Portal da transparência : dos números à participação da sociedade na gestão dos recursos públicos através de uma visualização mais esclarecedora / Vanessa Hernandes Oliveira de Oliveira. – Santo Ângelo : URI, 2016.

100 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. – Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações, 2016.

1. Recursos públicos - Gestão 2. Responsabilidade fiscal 3. Prestação de contas I. Título.

CDU: 336.1

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10 / 1720

VANESSA HERNANDES OLIVEIRA DE OLIVEIRA

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: DOS NÚMEROS À PARTICIPAÇÃO DA
SOCIEDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ATRAVÉS DE UMA
VISUALIZAÇÃO MAIS ESCLARECEDORA

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO – Mestrado Profissional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Santo Ângelo – RS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações, Área de Concentração: Gestão de Organizações e Desenvolvimento; Linha de Pesquisa: Estratégias Organizacionais.

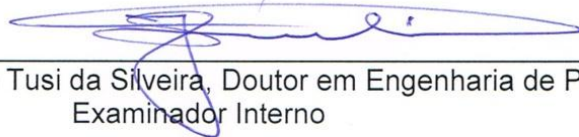
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Lucélia Ivonete Juliani, Doutora em Energia
Orientadora/Presidente



Prof. Dr. Cesar Eduardo Stevens Kroetz, Doutor em Contabilidade e Finanças
Examinador Externo



Prof. Dr. João Serafim Tusi da Silveira, Doutor em Engenharia de Produção
Examinador Interno

Santo Ângelo (RS), 06 de Dezembro de 2016.

Dedico este trabalho ao meu marido *Róberson Macedo de Oliveira*, com sua persuasão, incentivo, sempre acreditou que eu conseguiria e teria força para enfrentar esta caminhada. Ao meu filho *João Victor Oliveira de Oliveira*, que carinhosamente chamo de “*amori*”, por ser uma criança carinhosa, feliz, alegre e que, a cada dia, contribui um pouco para eu me tornar uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por me dar forças para enfrentar estes dois anos turbulentos e por desviar os meus pensamentos nos momentos em que tive vontade de desistir. Agradeço pelos caminhos que me levastes, apesar de haver alguns desafios, o Senhor me iluminou e me ajudou a enfrentar com coragem e força.

Ao meu “*amori*”, que muitas vezes chegava ao quarto onde eu estudava e perguntava: - que horas você vai terminar para brincar comigo? Vibrava quando eu ia brincar com ele. Às vezes, ele chegava ao quarto apenas para me dar um beijinho e dizer que: - Te amo, mãe.

Ao meu marido, pela compreensão da minha ausência em alguns momentos e por me aguentar nos dias em que ficava estressada pelas atribuições diárias, mas sempre esteve ao meu lado de uma maneira positiva. Por ser uma pessoa de mente borbulhante com ideias brilhantes, às vezes fantasiosas, mas que me cativa e desperta interesse das outras pessoas. Agradeço pela amizade e companheirismo nesta caminhada proporcionada por você.

Aos meus pais e irmãos, por compreenderem a minha falta nos encontros familiares. Não posso deixar de salientar o papel importante que minha mãe e o meu pai tiveram nesta trajetória, pois eles me proporcionaram os primeiros ensinamentos pessoais e educacionais até a vida profissional. A partir daí, comecei a descobrir o que era ser adulto e ter responsabilidade e obrigações.

A minha orientadora, Lucélia Ivonete Juliani, que teve a maior paciência do mundo, pela dedicação, atenção e compreensão, principalmente em relação ao mestrado. Você foi uma pessoa solidária que esteve sempre pronta para me ajudar.

RESUMO

A exigência de transparência e controle emerge na sociedade brasileira e consolida-se como fator determinante no combate a corrupção e no acompanhamento da responsabilidade fiscal dos gestores com a máquina pública. Iniciativas do legislativo em regulamentar o gasto público e expor ao cidadão têm sido executadas pelos diferentes poderes, como exemplo, a criação do Portal da Transparência do Governo Federal, que disponibiliza uma série de informações detalhadas sobre a execução financeira e o gasto público federal. Esses instrumentos de transparência, ainda que tenham ampliado a participação da sociedade na gestão do recurso público, enfrentam vários obstáculos e são insuficientes para aproximar a sociedade do Estado. Com a intenção de contribuir com o aperfeiçoamento do Portal, a pesquisa estudou as Despesas - Gastos Diretos do Governo, no período do Plano Plurianual de 2012 a 2015, orientada pelo seguinte questionamento: existem grupos e elementos de despesa que possam ser “indicadores” de caracterização, representação e explicação do comportamento e natureza do gasto público do Poder Executivo? Para responder esse questionamento, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória-aplicada sobre a temática e, após levantamento de referencial teórico, foi elaborada uma base de dados das despesas públicas disponíveis no Portal da Transparência. A estatística descritiva e técnicas de análise multivariada de dados, como APC (análise de componentes principais), permitiram confirmar a hipótese de, a partir de um conjunto menor de grupos e elementos de despesa, dispor à sociedade informações sobre as despesas executadas pelo Poder Executivo. Os grupos de despesa *Amortização e Juros da Dívida e Inversões Financeiras* possuem uma expressiva participação no total do gasto público, justifica-se uma apresentação diferenciada desses elementos. De acordo com os resultados, as duas primeiras componentes principais foram responsáveis por mais de 95% da variação total dos dados e são caracterizadas por elementos de despesa como: 39- *Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídica*, 30 - *Material de Consumo*, 16- *Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil*, 13- *Obrigações Patronais*, entre outros. A partir dos resultados, foi criado um "produto" e avaliado com a finalidade de ilustrar, por um meio de painel interativo (*dashboard*), as possibilidades de uso e aplicação dos dados do Portal da Transparência gerados pela pesquisa. Novas proposições de investigação sobre o Portal da Transparência são imperiosas, em especial, a necessidade de aprofundar a análise sobre o comportamento e execução dos elementos de despesa pelos órgãos superiores, e, a partir dessa perspectiva, avançar no compromisso com a sociedade e na garantia de transparência para além da publicização de informação pública.

Palavras-chave: *Accountability*. Componentes principais. *Dashboard*. Controle social.

ABSTRACT

The demand for transparency and control in Brazilian society emerges and consolidates itself as a determining factor in combating corruption and monitoring of the tax liability of managers with the public administration. legislative initiatives to regulate public spending and expose the citizen has been executed by different powers, for example, the creation of the Transparency Portal of the Federal Government, which provides a range of detailed information on the financial implementation and the federal government spending. These instruments of transparency, though, have expanded the participation of society in public resource management, they have various obstacles and are insufficient to bring the state society. Intending to contribute to the improvement of the Portal, the research studied the expense> Expenses Direct Government, in the period of the Multi-Year Plan 2012-2015, guided by the following question: there groups and expenditure items that may be "indicators" of characterization, representation and explanation of the behavior and nature of public expenditure of the executive branch? To answer this question, an exploratory-applied research on the subject and after lifting theoretical framework developed, was prepared a database of public expenditure available on the Transparency Portal. Descriptive and technical statistical multivariate data analysis as PCA (principal component analysis), possible to confirm the hypothesis of from a set, smaller groups and items of expenditure, provide the society with information on costs performed by Power Executive. expenditure groups Amortization and Interest Debt and Financial Investments have a significant share of total public expenditure is justified a differentiated presentation of these elements. According to the results of the first two principal components accounted for over 95% of the total variation of the data, and are characterized by expenditure items as: 39- Other Third Party Services - Legal Persons, 30 - Consumables 16 -Other Variable expenses - Civilian Personnel, 13 Obligations Employers, among others. From the results, it has created a "product" and evaluated in order to illustrate by means of interactive panel (dashboard), the possibilities of use and application of the Portal Data Transparency generated by research. New research proposals on the Transparency Portal is imperative, in particular the need for further analysis on the behavior and performance of expenditure items by higher bodies, and from this perspective, advance the commitment to society and guarantee transparency in addition to the public information publicity.

Keywords: Accountability. Key components. Dashboard. Social control.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo Orçamentário.....	18
Figura 2 - Processo de Elaboração do Orçamento Brasileiro	23
Figura 3 - Exemplo de Órgão Orçamentário e Unidade Orçamentária.....	25
Figura 4 - Grupos de Despesa e Elementos de Despesa	28
Figura 5 - Passos para a classificação quanto à Natureza da Despesa	29
Figura 6 – Classificação das Despesas Públicas	30
Figura 7 - Tela dos Gastos Diretos por Tipo de Despesa	51
Figura 8 - Tela principal do Portal da Transparência do Governo Federal.....	52
Figura 9 - Tabela Dinâmica de Médias dos Grupos e Elementos de Despesa (PPA 2012-2015).....	55
Figura 10 - Tela do software Tableau Public com as opções	59
Figura 11 - Dashboard Painel e Histórico.....	60
Figura 12 - Participação média dos Grupos de Despesa no PPA (2012-2015).....	63
Figura 13 - Gráfico Dinâmico da Distribuição dos Elementos de Despesa em relação as variáveis analisadas	65
Figura 14 - Gráfico da distância de Mahalanobis dos Elementos de Despesa	67
Figura 15 - Gráfico do perfil dos autovalores dos três componentes	68
Figura 16 - Gráfico dos escores das PC1 e PC2 para os Elementos de Despesa....	73
Figura 17 - Banco de dados no Tableau Plubic.....	76
Figura 18 - Dashboard - Modo Painel	76
Figura 19 - Dashboard – Modo História	77
Figura 20 - Resultado da Primeira Enquete PTGF x Dashboard Modo Painel.....	79
Figura 21 - Resultado da Segunda Enquete PGTF x Dashoard Modo História	80
Figura 22 – Formulário elaborado para enquete no Google Formulários.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos de Natureza da Despesa	27
Quadro 2 - Alguns Elementos de Despesa	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estatística descritiva da participação dos Grupos de Despesa.....	63
Tabela 2 - Variância explicada e cumulativa ao longo das componentes principais .	67
Tabela 3- Componentes Principais (autovetores)	69
Tabela 4 - Ordenação dos Elementos de Despesa na CP1	71
Tabela 5 - Ordenação dos Elementos de Despesa na CP2.....	72
Tabela 6 - Médias dos Grupos e Elementos de Despesa no (PPA 2012-2015).....	100

LISTA DE SIGLAS

ACP - Análise Multivariada de Componentes Principais

BI – *Business Intelligence*

CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

CGU - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

CP - Componente Principal

CP1 - Primeira Componente Principal

CP2 - Segunda Componente Principal

CP3 - Terceira Componente Principal

ComprasNet - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse e de Compras do Governo Federal

CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal

ED - Elemento de Despesa

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GND - Grupo de Natureza de Despesa

GT - Grupo de Trabalho

LAI - Lei de Acesso à Informação

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA - Lei Orçamentária Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MOOS - Média de Ocorrência nos Órgãos Superiores

MPG - Média da Participação do Elemento no Grupo de Despesa

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MPT - Média da Participação no Elemento de Despesa no Total

MOG - Ministério do Orçamento e Gestão

NE- Nota de Empenho

NL - Nota de Lançamento

OB - Ordem Bancário

OGU - Orçamento Geral da União

PEDT - Participação do Elemento de Despesa no Total do Ano (%)

PEG - Participação do Elemento de Despesa no Grupo de Despesa (%)

PFGE - Programa Federal de Governo Eletrônico

PPA - Plano Plurianual

PTGF - Portal da Transparência do Governo Federal

Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SICONV- Sistema de Convênios

SOF- Secretaria de Orçamento Federal

STN - Secretária do Tesouro Nacional

TCU - Tribunal de Contas da União

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 CICLO ORÇAMENTÁRIO FEDERAL	17
2.2 GASTOS DIRETOS DO GOVERNO FEDERAL	24
2.2.1 Classificações dos gastos públicos	24
2.2.2 Etapas dos gastos públicos	31
2.3 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	33
2.3.1 Legislação aplicada	36
2.4 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL	40
2.5 O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	45
3 DEFINIÇÃO METODOLÓGICA E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	49
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	49
3.2 PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	50
3.3 CONSTRUÇÃO DO DASHBOARD	59
4 A VISUALIZAÇÃO DOS GASTOS DIRETOS DO GOVERNO FEDERAL NA PERSPECTIVA DOS ELEMENTOS DE DESPESA	61
4.1 PRODUTO: CIDADÃO COMO FOCO – DASHBOARD	74
4.2 AVALIAÇÃO DO PRODUTO: CIDADÃO COMO FOCO - DASHBOARD	78
5 CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
APÊNDICE A – Elementos de Despesa	96
APÊNDICE B – Tabela Dinâmica	100
APÊNDICE C – Formulário da Enquete	103

1 INTRODUÇÃO

A transparência é um tema muito debatido, especialmente no cenário público, em decorrência do avanço da legislação e da demanda por parte da sociedade, que deseja acompanhar as ações governamentais. Para Culau e Fortis (2006), a transparência pública cumpre a função de aproximar o Estado da sociedade, ampliando o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública.

Para garantir o acesso à informação, foi criada a Lei nº 12.527/2011, que impõe ao Estado algumas diretrizes como: observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; divulgação das informações de interesse público, independentemente de solicitações; utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; e desenvolvimento do controle social da administração pública.

Segundo Nunes et al. (2013), a transparência faz com que a sociedade tenha o conhecimento da forma como são realizados os gastos pelos agentes públicos, ou seja, dentre as possibilidades geradas pela transparência, a garantia que os cidadãos têm de acompanhar como seus impostos pagos estão sendo aplicados pelos governantes.

Para isso, o governo federal, com auxílio da tecnologia da informação e comunicação, vem investindo em ferramentas que promovam a transparência das informações de interesse público. O Portal da Transparência do Governo Federal (PTGF) é um exemplo de ferramenta de busca, que, através da internet, os cidadãos podem consultar, monitorar e fiscalizar os gastos públicos.

O Portal é um serviço de acesso à informação que apresenta as atividades orçamentárias e financeiras dos ministérios e dos órgãos do Poder Executivo de maneira detalhada. Este canal é estruturado com vários ícones e com diferentes opções de refinamento da pesquisa, permitindo buscar informações como: despesas, receitas, convênios, diárias pagas, servidores, entre outras que compõem a administração pública.

Ao mesmo tempo em que o Portal da Transparência é um avanço em relação à disponibilização na íntegra dos dados públicos, apresenta algumas limitações, de acordo com Manoel (2010) e Batista e Freire (2014), como: excesso

de termos técnicos e ícones de busca; falta de cruzamento de dados e de série histórica, além de várias telas para visualizar as informações. Pode-se dizer que o portal possui algumas restrições, porém oferece uma riqueza de dados quantitativos, que carece de objetividade com foco no cidadão.

Há trabalhos que relatam também a dificuldade a qual o cidadão tem de entender assuntos relacionados à administração pública. Miranda *et. al* (2008) em seu trabalho apresenta a falta de compreensibilidade da contabilidade governamental. Manoel (2010), Batista e Freire (2014) e Freire (2014) estudaram vários aspectos positivos e negativos do PTGF. Todavia, todos demonstram que a sociedade quer saber onde os gestores públicos aplicam o dinheiro, mas a maioria não compreende ou tem dificuldade de entender as informações contábeis. Nazário, Silva e Rover (2012) avaliaram a qualidade da informação disponibilizada no Portal da Transparência do Governo Federal e concluíram que as informações atendem as necessidades dos especialistas, mas há dificuldade inicial para o público leigo em assuntos da administração pública.

Posto isso, o foco deste trabalho está no aperfeiçoamento da visualização dos dados e informações do Portal da Transparência do Governo Federal. Para isso, delimitou-se o item - Despesa-Gastos Diretos do Governo, no período compreendido do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, para buscar resposta ao seguinte questionamento: existem grupos e elementos de despesa que possam ser “indicadores” de caracterização, representação e explicação do comportamento e da natureza do gasto público do Poder Executivo?

Para apresentar as informações referentes à administração pública, no caso os gastos públicos e buscar estratégias para superar esse distanciamento entre números, dados e informação técnica, a pesquisa teve como objetivo geral identificar os grupos e os elementos de despesa que melhor explicam os gastos diretos do governo federal, a partir dos seguintes objetivos específicos: a) buscar embasamento teórico-conceitual acerca do Portal da Transparência e gastos diretos do governo federal; b) criar uma base de dados e definir critérios para análise a partir das informações disponibilizadas no Portal da Transparência; c) utilizar análise multivariada para buscar padrões e melhorar a compreensão dos elementos de despesa do Portal da Transparência, e d) apresentar os resultados em um painel *dashboard*.

A relevância deste estudo para a sociedade civil, órgãos, gestores públicos e para o próprio governo decorre do fato de que o mesmo pretende identificar dados (gastos públicos) que caracterizam as despesas e, assim, possam ser utilizados como informações adicionais do Portal da Transparência de uma maneira mais objetiva e dinâmica, conseqüentemente, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o assunto, para além da informação e, assim, posso colaborar na gestão do recurso público. Pretende-se, ainda, contribuir para que o Portal cumpra a sua plena efetividade no estímulo à prática do controle e a participação social da maioria dos brasileiros.

Este trabalho é organizado em quatro partes, além da introdução, que apresenta a relevância do assunto, problematização, objetivo geral e específicos. A primeira parte é o referencial teórico que discorre sobre: o surgimento do ciclo do orçamento público; os gastos diretos do governo federal, como são classificados e etapas na execução dos mesmos; a transparência pública na visão de alguns autores; as legislações que foram criadas para fomentar a transparência; o Portal da Transparência do Governo Federal e o seu surgimento e a sua estrutura. Para finalizar, abordou-se a importância das tecnologias da informação e comunicação na transparência pública.

A segunda parte - definição metodológica e procedimento de análise - expõe como a pesquisa foi classificada, os procedimentos realizados para coletar os dados, além de explicar as análises utilizadas e a construção do *dashboard*. A terceira parte, que foi intitulada como a visualização dos gastos do governo federal na perspectiva dos elementos de despesa, apresenta os resultados e as discussões e também contém o produto elaborado a partir dos resultados obtidos. Para finalizar, a quarta parte ostenta a conclusão da dissertação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O embasamento teórico apresentará um esboço sobre o ciclo orçamentário federal, os gastos diretos do governo federal, a transparência pública brasileira, as principais legislações, as ferramentas de transparência e o Portal de Transparência do Governo Federal, em especial as despesas públicas executadas pelo Poder Executivo.

2.1 CICLO ORÇAMENTÁRIO FEDERAL

Na administração pública, orçamento é um emaranhado complexo e sucessivo de momentos, nos quais diversos atores atuam para assegurar o atendimento de seus interesses e dos grupos que representam (BARBOSA, 2014). O orçamento público, para Piscitelle e Timbó (2009), é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos por meio de diversos programas, formando uma integração do planejamento com o orçamento.

O planejamento do orçamento público federal é um instrumento de gestão adotado por força de leis orçamentárias previstas na Constituição Federal, que envolve várias esferas: os três poderes, os órgãos, as unidades administrativas diretas e indiretas, empresas estatais dependentes e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; estabelece-se através de etapas até atingir os objetivos específicos.

Apesar de haver bibliografia em relação a este assunto, ele ainda é pouco compreendido pela sociedade e de difícil empoderamento. Nesse sentido, iniciativas têm sido empenhadas pelo Governo Federal, como a publicação, desde 2011, de um documento simplificado sobre orçamento, denominado Orçamento Cidadão. Esta estratégia corrobora um dos desafios governamentais para superar a linguagem técnica usualmente utilizada de forma a permitir que o cidadão tenha melhor compreensão da matéria orçamentária (BRASIL, 2014c).

O processo orçamentário público envolve vários processos administrativos que o governo e suas unidades têm que obedecer. O sistema é composto por três importantes leis orçamentárias que estão previstas na Constituição Federal: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual

(LOA). A PPA estabelece estratégias e metas, a LDO define prioridades e regras e a LOA é o orçamento propriamente dito.

Dentro deste sistema estão as inúmeras unidades administrativas que fazem parte da administração pública. Cada uma colabora com a elaboração do sistema orçamentário público federal, através de suas propostas orçamentárias anuais.

O processo orçamentário é um processo dinâmico de caráter contínuo e simultâneo. Cope (1963) define o processo orçamentário como uma sequência de etapas, que se repetem em períodos predeterminados, segundo os quais os orçamentos consecutivos são preparados, votados, executados, os resultados avaliados e as contas aprovadas.

Acrescentando a definição acima, Brasil (2014c) conceitua o ciclo orçamentário como um rito preestabelecido, contendo uma série de etapas que se repetem periodicamente, que envolve a elaboração, discussão, votação, controle e avaliação do orçamento, conforme figura 1.

Figura 1 – Ciclo Orçamentário



Fonte: Adaptado de BRASIL (2014c).

O ciclo orçamentário foi concretizado e delineado na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 165, que estabeleceu as três leis orçamentárias: Lei do Plano Plurianual - PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e Lei Orçamentária Anual - LOA. Todas estão estritamente ligadas entre si, de forma compatível e harmônica, formando um sistema integrado de planejamento e orçamento, que deve ser adotado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2014c).

Giacomoni (2002) explica que o processo integrado de planejamento e orçamento está bem explicitado na constituição, esquematizando-o em etapas: a elaboração e revisão do PPA; elaboração e revisão de planos e programas nacionais, regionais e setoriais; elaboração e aprovação da LDO; elaboração da proposta orçamentária anual – LOA; discussão, votação e aprovação da lei orçamentária; execução orçamentária; e controle e avaliação da execução. A elaboração das leis orçamentárias é de competência do Poder Executivo.

O Plano Plurianual é elaborado a cada quatro anos, coincidindo com o primeiro ano do mandato do governante eleito, com vigência a partir do segundo ano de mandato, o que leva a uma defasagem inevitável (BRASIL, 2014c). Segundo Piscitelle e Timbó (2009), a discussão final e a aprovação do PPA só se dão depois do primeiro ano de mandato presidencial, conseqüentemente, no primeiro ano de exercício, o governo continua trabalhando com base no que ficou por concluir do período anterior, e, por conseguinte, enquanto ainda está concluindo a elaboração de seu próprio plano plurianual.

O PPA é entendido como o planejamento estratégico do Governo Federal de médio prazo. Para Albuquerque, Medeiros e Silva (2008), ele é o instrumento legal de planejamento de maior abrangência temporal, que estabelece as prioridades e direciona as ações do governo. Também determina para a administração pública, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas que nortearão a aplicação dos recursos públicos.

Albuquerque, Medeiros e Silva (2008) esclarecem que o PPA tem objetivo de organizar todas as ações do governo em programas orientados a um fim específico, tornar transparente a aplicação de recursos públicos, estimular a participação de outros entes públicos e privados, desenvolver a administração gerencial e criar condições para avaliar e mensurar os resultados alcançados pelos programas e planos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) reúne e organiza as propostas dos ministérios e órgãos públicos e envia para Casa Civil da Presidência da República na forma de um projeto de lei, só então o Presidente da República envia para o Congresso Nacional o Projeto de Lei do Plano Plurianual, que deve ocorrer até o dia 31 de agosto do primeiro ano do seu mandato. Depois de aprovado, o projeto volta ao Poder Executivo para sanção do presidente e publicação como lei. Depois de aprovado o PPA, o Poder Executivo passa para a próxima etapa, que é a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi instituída na Constituição Federal no art.165, § 2º, como segue: compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais do fomento (BRASIL, 1988).

A LDO define como deve ser realizado o orçamento anual e quais serão as despesas mais importantes para este período, ou seja, quais das ações previstas no PPA serão realizadas a cada ano. Traz uma série de regras como elaborar, organizar e executar o orçamento público. Segundo Araújo e Arruda (2009), essa lei orienta a elaboração dos orçamentos anuais, que compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social, de forma a adequá-los às diretrizes, aos objetivos e às metas da administração pública estabelecidos no plano plurianual.

De acordo com Giacomoni (2002), a Lei Complementar nº 101/2000, coloca que LDO deve dispor também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financeiros com recursos dos orçamentos; condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas; e também integrarão metas fixas, riscos fiscais.

A proposta de LDO é elaborada no MPOG com o apoio do Ministério da Fazenda, conforme Thomé (2012), o Presidente da República encaminha por meio de mensagem presidencial ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano e é devolvido para sanção presidencial até o dia 17 de julho. É o único projeto de lei que, se não for votado dentro do prazo, impede que o Plenário do Congresso Nacional entre em recesso. A mensagem deverá apresentar anexo específico

contendo os objetivos da política monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis e ainda as metas de inflação para o exercício subsequente (BRASIL, 2000).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece um elo entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual e servirá para orientar na elaboração da LOA. O Manual Técnico de Orçamento (2014b) apresenta uma explicação bem sucinta para a Lei Orçamentária Anual: é a lei que estima as receitas que o governo pretende arrecadar ao longo do próximo ano e estabelece as despesas a serem realizadas com tais recursos.

Santos e Camacho (2014) destacam que a LOA é o orçamento propriamente dito, que através dessa a execução orçamentária se consolida e que a partir dela serão executados os objetivos e metas contemplados no PPA e na LDO, tratando-se do planejamento operacional da administração pública.

A LOA tem como sua principal finalidade administrar o equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas, sendo um importante instrumento para a gestão orçamentária e financeira da administração. É nela que será definido o montante de recursos disponíveis para cada órgão do ente público, ou seja, o quanto cada um pode realizar de despesas (SANTOS e CAMACHO, 2014).

A Constituição Federal ilustra que a LOA compreende um conjunto formado por três orçamentos: o orçamento fiscal se refere aos três poderes (Legislativos, Judiciários e Executivos) e suas unidades gestoras; o orçamento da seguridade social envolve todas as entidades e órgãos da administração pública direta e indireta; e o orçamento de investimentos das empresas estatais.

Albuquerque, Medeiros e Silva (2008) explicam a relação que existe entre LOA com o PPA e a LDO, para tanto, menciona o artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que o projeto de lei orçamentária anual deverá ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Quando for encaminhado ao Poder Legislativo, o projeto de lei conterà em anexo o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com objetivos e metas constantes nos Anexos de Metas Fixas, que compõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O projeto de Lei Orçamentária Anual é elaborado pelo Poder Executivo, que faz a captação e consolidação das propostas junto aos órgãos setoriais do Poder Executivo, dos demais Poderes, Ministério Público da União e Defensoria Pública da

União e as envia para a Casa Civil da Presidência da República, na forma de um projeto de lei. O Presidente da República deve encaminhar o projeto ao Poder Legislativo até o dia 31 de agosto de cada ano, e o mesmo deve ser aprovado até o final da sessão legislativa, retornando para o Poder Executivo para ser sancionado.

Após a sanção da LOA pelo presidente da República, inicia-se a execução, dentro da ideia de ciclo orçamentário. A sanção da LOA encerra a etapa de elaboração e inaugura a etapa de execução. O Poder Executivo terá até trinta dias após a publicação dos orçamentos para determinar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000).

A programação é feita por meio do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. Também ocorre o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação. Essas metas servirão de parâmetros para a limitação de empenho e movimentação financeira, conhecido como contingenciamento.

Mello e Calvacante (2011) resumem a fase de execução como sendo o momento que a Secretária Orçamento Federal (SOF) inicia a descentralização das dotações orçamentárias aos órgãos setoriais através de nota de dotação. Os órgãos setoriais descentralizam esses créditos orçamentários às unidades orçamentárias, às entidades e aos demais beneficiários do orçamento público através das notas de créditos.

Como todo processo, deve ser controlado e avaliado. O processo orçamentário, segundo Giacomoni (2002), apresenta os dois sistemas de controle da execução orçamentária: controle interno e externo. O controle interno é aquele realizado pelo órgão no âmbito da própria Administração, dentro de sua estrutura. O controle externo é aquele realizado por uma instituição independente e autônoma. No caso da União, o controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, auxiliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (BRASIL, 2014c).

A avaliação orçamentária serve para analisar a eficácia e eficiência dos resultados almejados e contribuir para a qualidade da elaboração de uma nova proposta orçamentária, reiniciando um novo ciclo orçamentário.

Para ilustrar todo o processo de elaboração do orçamento brasileiro, construiu-se um fluxo demonstrando as três leis orçamentárias com suas etapas e os poderes e órgãos que fazem parte, conforme a figura 2.

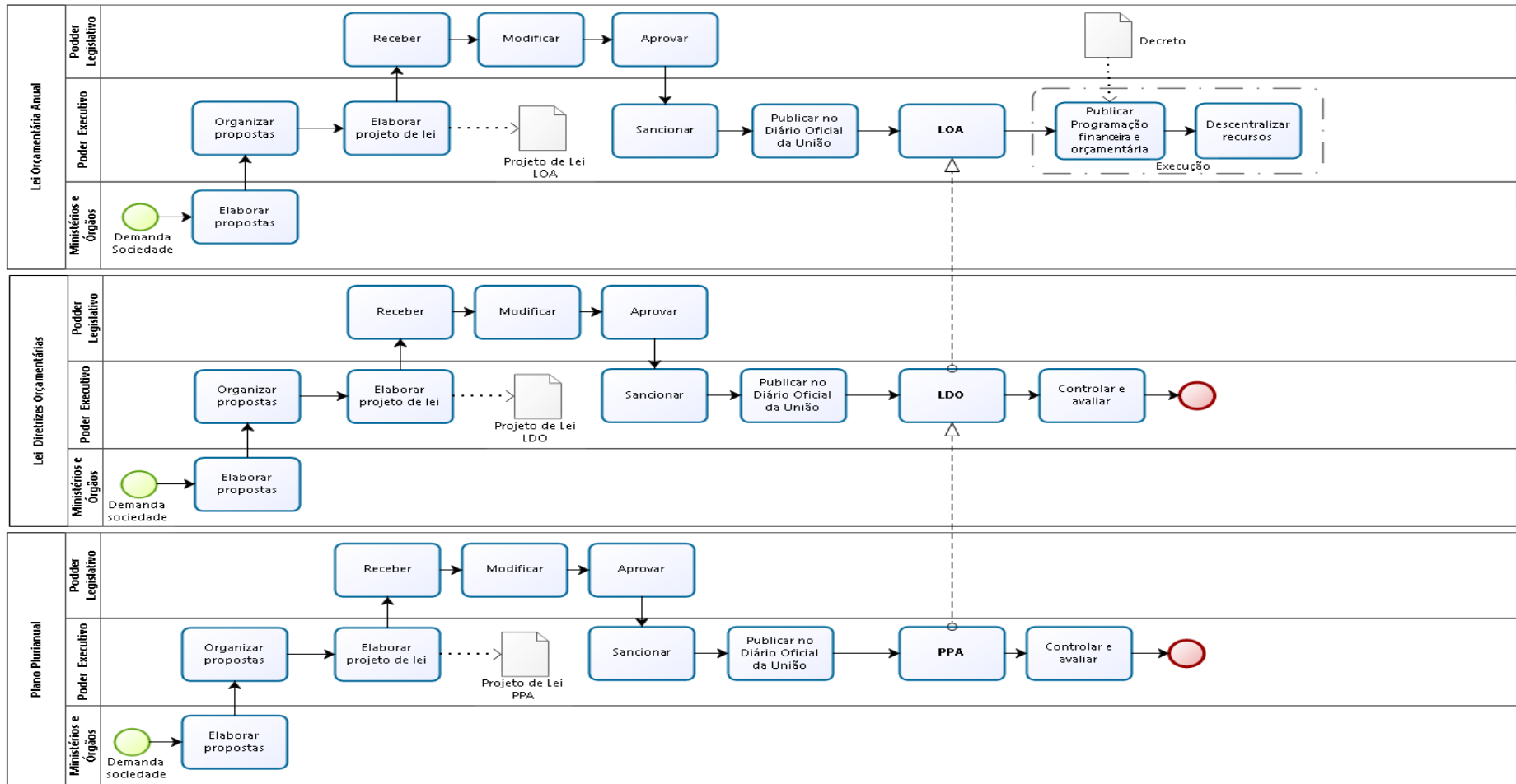


Figura 2 - Processo de Elaboração do Orçamento Brasileiro

Fonte: Elaboração própria.

2.2 GASTOS DIRETOS DO GOVERNO FEDERAL

O orçamento é o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período. Para o setor público, é de vital importância, pois é a lei orçamentária que fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro (BRASIL, 2014a).

Despesas públicas são os gastos realizados pelos entes públicos para atender a necessidade da sociedade. Silva (2004, p. 125) definiu despesas públicas de uma maneira simples e completa descrevendo que são “todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”.

Na esfera pública, as despesas são classificadas, numeradas, caracterizadas e nomeadas. Toda esta estruturação visa à padronização dos procedimentos contábeis nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma, serão destacadas algumas classificações referentes aos gastos públicos.

2.2.1 Classificações dos gastos públicos

Os gastos/despesas públicas recebem uma classificação orçamentária. Segundo Noblatl, Barcelos e Souza (2014), a classificação das despesas permite ter informações que são essenciais para análise do gasto público. Reforçando isto, é possível constatar no MTO (2014), que o sistema de classificação do orçamento tem o propósito de atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral (BRASIL, 2014b).

A classificação do gasto público é realizada de acordo com vários aspectos. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), da Portaria Conjunta STN/SOF, n.º 1 de 2014, classifica a despesa orçamentária como: institucional, funcional, por estrutura programática e por natureza de despesas.

A classificação institucional reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária (MCASP, 2014), ou seja, serve para identificar a responsabilidade institucional pelos gastos.

O art. 14 da Lei n.º 4.320/1964 traz uma explicação sobre unidade orçamentária: “constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias” e também são responsáveis pela realização das ações. Por sua vez, os órgãos orçamentários, segundo MCASP (2014), correspondem ao agrupamento de unidades orçamentárias.

A classificação institucional, no caso do Governo Federal, é expressa por cinco dígitos, onde os dois primeiros representam o órgão orçamentário e os três últimos a unidade orçamentária, conforme a figura 3.

Figura 3 - Exemplo de Órgão Orçamentário e Unidade Orçamentária

ÓRGÃO		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
26000	Ministério da Educação	26242	Universidade Federal de Pernambuco
		26277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
		26321	Escola Agrotécnica Federal de Manaus
30000	Ministério da Justiça	30107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
		30109	Defensoria Pública da União
		30911	Fundo Nacional de Segurança Pública
39000	Ministério dos Transportes	39250	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
		39252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT

Fonte: MCASP, 2014.

A classificação funcional, de acordo com Passos e Castro (2009) e Brasil (2014b), serve para identificar as áreas em que as despesas são realizadas, isto é, agregar os gastos públicos por área de ação governamental nos três níveis de governo, sendo compostas por funções e subfunções predeterminadas, que estão instituídas na Portaria nº42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (MOG).

A mesma portaria estabelece que função é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público e que subfunção representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa. Por ser de uso comum e obrigatório para todas as esferas de governo (municípios, estados e a união), esta classificação permite a consolidação nacional dos gastos do setor público. O MCASP (2014) descreve a estrutura programática das despesas orçamentárias como sendo todas as ações governamentais

(programas, projetos ou operações especiais), estruturadas em programas orientados para que possa cumprir os objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos, cujo objetivo é identificar a finalidade do gasto, em que e onde serão alocados os recursos, sendo o localizador do gasto.

A classificação de despesa orçamentária por natureza, conhecida como classificação econômica, compõe-se em: categoria econômica, grupo de natureza de despesa (GND), modalidade de aplicação e elemento de despesa (ED). Segundo MCASP (2014), este conjunto de informações que constitui a natureza de despesa orçamentária forma um código estruturado, que pode ser observado na execução orçamentária de todas as esferas de governo.

A categoria econômica está escrita no art. 12 da Lei n.º 4.320/1964 e é composta por despesas correntes e de capital. As despesas correntes, de acordo com o Manual Técnico de Orçamento (2014b), são gastos que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, despesas de custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Nesta categoria, estão as despesas que não concorrem para a ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades.

As despesas de capital contribuem diretamente para a formação ou aquisição de bem de capital. Despesas relacionadas com aquisição de máquinas e equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento. Normalmente, uma despesa de capital concorre para a formação de um bem de capital, assim como para a expansão das atividades do órgão.

A modalidade de aplicação indica se os recursos são aplicados diretamente por órgãos da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação, possibilitando a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados (PASSOS E CASTRO, 2009, pg. 18). Em outras palavras, indica como são gastos os recursos, sendo considerada como uma informação gerencial que completa a natureza de despesa.

A Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 entende grupos de natureza de despesa como sendo um agregador de elementos de despesa (objeto

do gasto) que apresentam as mesmas características quanto ao objeto de gasto. O quadro 1 mostra os seis grupos de natureza de despesa com a respectiva explicação.

Quadro 1 – Grupos de Natureza da Despesa

CÓDIGO	GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO
1	Pessoal e Encargos Sociais ¹	Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionista, relativo a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.
2	Juros e Encargos da Dívida ¹	Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
3	Outras Despesas Correntes ¹	Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
4	Investimentos ²	Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
5	Inversões financeiras ²	Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.
6	Amortização da Dívida ²	Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Fonte: Adaptado da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001.

¹ Despesa Corrente

² Despesa de Capital

A classificação por elemento de despesas é estabelecida pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, art. 3º, § 3º, p. 2:

O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

No Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001, encontra-se a definição dos códigos dos elementos de despesa. A descrição dos elementos pode não contemplar todas as despesas a eles inerentes, sendo, em alguns casos, exemplificativa. O desdobramento suplementar dos elementos de despesas (subelemento), conforme a portaria de consolidação das Contas Públicas, é opcional, e vai depender das necessidades da escrituração contábil e controle da execução orçamentária de cada ente (ver Apêndice A *resumo de alguns elementos de despesas*).

A figura 4 exemplifica os grupos de natureza de despesas correlacionados com os elementos de despesas, da maneira que aparece no Portal da Transparência do Governo Federal.

Figura 4 - Grupos de Despesa e Elementos de Despesa

GRUPOS	EXEMPLOS DE COMBINAÇÕES COM OS ELEMENTOS
1 – Pessoal e Encargos Sociais	01 – Aposentadorias e Reformas 03 – Pensões 04 – Contratação por Tempo Determinado 05 – Outros Benefícios Previdenciários 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pess. Civil 13 – Obrigações Patronais 16 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar
2 – Juros e Encargos da Dívida	21 – Juros sobre a Dívida por Contrato 22 – Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato 23 – Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária 24 – Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária
3 – Outras Despesas Correntes	30 – Material de Consumo 32 – Material de Distribuição Gratuita 33 – Passagens e Despesas com Locomoção 35 – Serviços de Consultoria 36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 37 – Locação de Mão-de-Obra 38 – Arrendamento Mercantil 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pess. Jurídica
4 – Investimentos	33 – Passagens e Despesas com Locomoção 51 – Obras e Instalações 52 – Equipamentos e Material Permanente 61 – Aquisição de Imóveis
5 – Inversões Financeiras	61 – Aquisição de Imóveis 63 – Aquisição de Títulos de Crédito 64 – Aquis. Títulos Repr. Capital já Integralizado
6 – Amortização da Dívida	71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado 72 – Principal da Dívida Mobiliária Resgatado 73 – Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada

Fonte: MCASP, 2014.

Em conformidade com MCASP (2014), os entes da federação precisam proceder adequadamente quando forem classificar seus gastos quanto à natureza

de despesa para garantirem que as informações contábeis sejam fidedignas. Para isto, o manual apresenta quatro passos.

- *1º Passo* – Identificar se o registro do fato é de caráter orçamentário ou extra orçamentário.

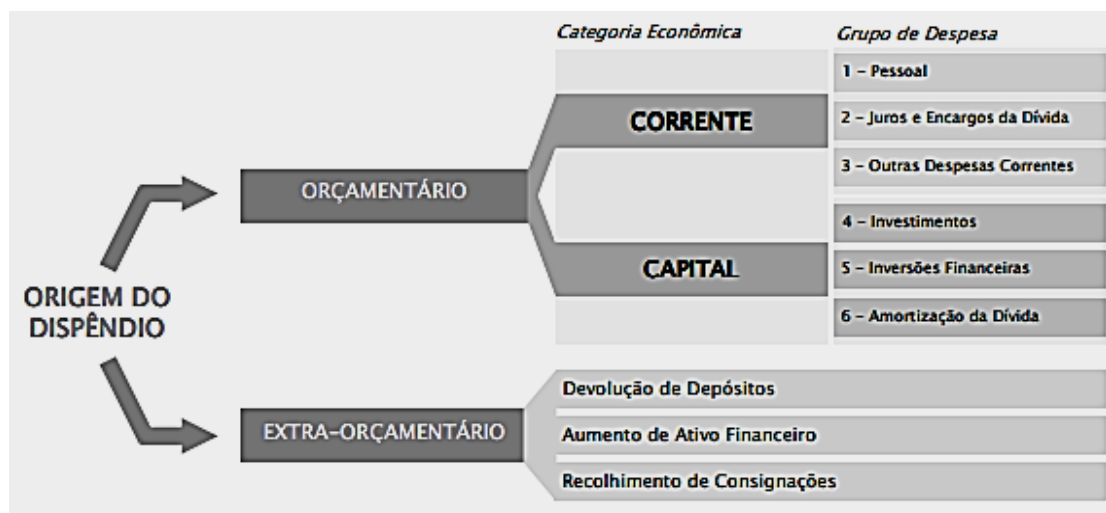
As despesas orçamentárias são aquelas que dependem de autorização legislativa para sua efetivação e necessitam de recursos públicos para serem realizadas, sendo necessária a emissão de nota de empenho. Já as extras orçamentárias são aquelas decorrentes de desembolsos de recursos de terceiros em poder do ente público (devolução dos valores de terceiros, recolhimento de consignações/retenções e pagamento das operações de crédito por antecipação de receita e pagamentos de salário-família, salário-maternidade e auxílio-natalidade) e pagamento de restos a pagar (despesas empenhadas em exercícios anteriores).

Se o desembolso for despesa orçamentária, deve seguir o próximo passo.

- *2º Passo* – Identificar a categoria econômica da despesa orçamentária, verificando se é uma despesa corrente ou de capital, consta no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001.

- *3º Passo* – Verificar o grupo de natureza da despesa orçamentária, consta no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001. Os três primeiros foram ilustrados na figura 5, que representa as classificações de maneira singela.

Figura 5 - Passos para a classificação quanto à Natureza da Despesa



Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2014).³

- 4º Passo – Identificação do elemento de despesa, ou seja, o objeto final do gasto, de acordo com as descrições dos elementos constantes no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001.

Normalmente, os elementos de despesa guardam correlação com os grupos, mas não há impedimento para que um elemento típico de despesa corrente esteja relacionado a um grupo de despesa de capital (MCASP, 2014, pg. 91).

A classificação por natureza de despesas forma um conjunto de informações que contém um código composto por oito dígitos, sendo que: o 1º dígito representa a categoria econômica, o 2º o grupo de natureza da despesa, o 3ª e o 4º dígitos representam a modalidade de aplicação, o 5º e o 6º o elemento de despesa e o 7º e o 8º dígitos representam o desdobramento facultativo do elemento de despesa (subelemento).

A figura 6 apresenta esquematicamente a classificação das despesas públicas que visa à padronização de regras e procedimentos relacionados aos gastos públicos, além de orientar os entes da federação.

Figura 6 – Classificação das Despesas Públicas

³ A classificação da Reserva de Contingência, bem como a Reserva do Regime Próprio de Previdência Social, destinadas ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais, quanto à natureza da despesa orçamentária, serão identificadas com o código “9.9.99.99”, conforme estabelece o parágrafo único do art. 8º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001.



Fonte: Elaboração própria.

2.2.2 Etapas dos gastos públicos

As despesas públicas federais além de serem classificadas, elas passam por três estágios na execução das despesas, que estão previstos na Lei nº 4320/64: empenho, liquidação e pagamento. Mas há outras literaturas, como Haddad e Mota (2006) e o MCASP (2014), que definem as etapas de execução das despesas como: planejamento, execução e controle e avaliação. Onde a execução subdivide-se em: empenho, liquidação e pagamento.

O planejamento, conforme Haddad e Mota (2011), é a primeira etapa, aqui ocorrerá a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira e o processo de licitação e contratação.

O MCASP (2014) coloca que a fixação da despesa se refere aos limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) com base nas receitas previstas, a serem efetuados pelas entidades públicas e também inclui a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, tendo em vista os recursos disponíveis e observando as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo.

A descentralização/movimentação de créditos, de acordo com MCASP (2014), acontece quando movimenta parte do orçamento, mas mantém as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.

A programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, buscando o ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação (BRASIL, 2008, pg. 59).

O processo de licitação e contratação, conforme MCASP (2014), consiste num conjunto de procedimentos administrativos, pelo qual o poder público adquire bens e/ou serviços, bem como faz concessões de serviços públicos com as melhores condições para o Estado.

A etapa de execução refere-se aos três estágios previstos pela Lei 4.320/64, que se entende por empenho, liquidação e pagamento.

O empenho é o primeiro estágio da execução, em consonância com art. 58 da Lei 4.320/64, empenho da despesa é “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição”. Corroborando esta definição, Mota (2006, p. 110) descreve:

Empenhar é garantir a um fornecedor de serviços e bens que a repartição pública tem autorização legal para realizar gastos, oferecendo como suporte para essas despesas um documento denominado de nota de empenho. O empenho compromete (reduz) a autorização dada na lei orçamentária e é traduzido na aprovação formal do gasto, em processo administrativo, pelo ordenador de despesa.

O empenho da despesa é efetuado mediante um documento denominado de Nota de Empenho (NE), e o mesmo não pode ultrapassar o crédito recebido.

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63 da Lei nº 4.320/64), ou seja, comprovar que o credor cumpriu todas as obrigações constantes no empenho e/ou contrato. O documento utilizado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para efetuar a liquidação é a Nota de Lançamento (NL).

O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa (MCASP, 2014, pg. 102).

A Lei nº 4.320/1964, no art. 64, menciona que “ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa liquidada seja paga”. Esta operação é realizada no sistema SIAFI, que emite a ordem bancária (OB).

Para finalizar as etapas, tem que haver um controle e avaliação dos órgãos fiscalizadores e controladores, como, o Tribunal de Contas da União (TCU) que é o órgão que auxiliar de controle externo ao Congresso Nacional e possui competência para julgamento das contas dos administradores públicos responsáveis pela gestão nos três poderes e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) que constitui-se o controle interno do Poder Executivo Federal com atribuição de monitorar a gestão, recomendando melhorias ao longo do processo (BRASIL,2016c).⁴

2.3 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Transparência, no sentido comum, refere-se à clareza, à nitidez, à simplicidade de perceber as coisas. Também é reconhecida como um movimento de aprimorar a democracia, estando sempre nos discursos dos agentes públicos. Para entender melhor sobre este assunto, serão apresentadas diferentes visões.

A transparência, na conceituação de Lindstedt & Naurin (2010), é a acessibilidade da informação, olhar para alguma coisa para ver o que está acontecendo, uma transparência institucional, em que as pessoas de fora ou de dentro da instituição podem adquirir a informação de que precisam para formar opiniões sobre as ações e os processos de dentro da instituição.

Souza et al. (2010) buscou a lei para explicar a transparência, que não pode ser confundida com a mera divulgação da informação. É essencial que essas informações sejam compreendidas pela sociedade, à vista disso devem ser disponibilizadas em linguagem clara, objetiva, sem maiores dificuldades.

⁴ Criado em 30 de setembro de 2016, com a publicação da Lei nº 13.341, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão central do Sistema de Controle Interno e do Sistema de Correição, ambos do Poder Executivo Federal. Com nova nomenclatura, o órgão manteve as atribuições e competências da extinta Controladoria-Geral da União, em especial a defesa do patrimônio público e o incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção, e ouvidoria.

A transparência, politicamente é o compromisso do governo em dar visibilidade à gestão dos recursos oriundos do bolso do contribuinte, sendo conhecida como transparência pública. Para o Governo Brasileiro, a transparência:

[...] é o melhor antídoto contra corrupção, dado que ela é mais um mecanismo indutor de que os gestores públicos ajam com responsabilidade e permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, no intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam (BRASIL, 2016a).

Lindstedt & Naurin (2010) acreditam que a transparência é uma das medidas práticas que pode reduzir a corrupção e junto precisa de uma política de desenvolvimento focada em reformas que aumentem a transparência e que tenham medidas fortalecedoras para o povo ter a capacidade de agir de acordo com as informações disponíveis, se quisermos ver quaisquer efeitos sobre a corrupção.

Com uma visão mais abrangente, Frey et al. (2002, p. 169) coloca a transparência pública, ou transparência dos atos governamentais como se refere, como sendo um fundamento básico para garantir que os cidadãos tenham acesso às informações coletadas, produzidas e armazenadas pelas diversas agências estatais.

Além disso, o mesmo autor acrescenta que o acesso livre e transparente às informações referentes ao poder público protege o cidadão de intromissões indevidas e atos arbitrários por parte dos governos e, por outro lado, é pré-condição para a participação do cidadão e dos grupos organizados da sociedade nos processos políticos e na gestão da coisa pública e, deste modo, se tenha uma democracia mais efetiva.

A transparência pública é tema que alguns autores relacionam e outros não com o princípio de publicidade, accountability e controle social. Evangelista (2010) compara transparência pública e a publicidade com uma moeda, são substantivos de natureza diferentes que se complementam, como os lados opostos de uma mesma moeda.

Gomes Filho (2005) e Ribeiro (2008) são da mesma opinião, afirmando que a transparência pública se diferencia do tradicional princípio jurídico da publicidade, que a publicidade é cumprida com a simples divulgação dos atos do poder público no veículo oficial de imprensa, já a transparência exige mais, não é apenas um mero cumprimento de formalidades. Nesta mesma linha, Braga (2011, p.52) coloca:

[...] transparência da gestão como a atuação do órgão público no sentido de tornar sua conduta cotidiana, e os dados dela decorrentes, acessíveis ao público em geral. Suplanta o conceito de publicidade previsto na Constituição Federal de 1988, pois a publicidade é uma questão passiva de se publicar determinadas informações como requisito de eficácia. A transparência vai mais além, pois se detém na garantia do acesso às informações de forma global, não somente aquelas que se deseja apresentar. (Braga, 2011).

Silva e Carreira (2014) ressaltam que transparência exige mais que publicidade e visibilidade, que a simples obtenção de informação não pode ser definida como transparência, pois, mesmo que a informação seja de grande valia ao cidadão, trata-se apenas de visibilidade e publicidade. A transparência vai além do ato de tornar uma informação pública, preocupando-se com a inteligibilidade da informação por parte do cidadão comum.

Por outro lado, alguns autores tratam a transparência e a publicidade de maneira interligada, segundo Vaz, Ribeiro e Mateus (2010) e Medeiros e Wacheleski (2014), a transparência é sinônimo de princípio de publicidade, ou seja, estão estritamente ligadas.

A transparência pública também contribui com a *accountability*, que ainda não tem uma tradução na língua portuguesa. Pode ser traduzida como transparência na gestão pública ou capacidade de prestar contas, tem lentamente entrado nas práticas políticas do Brasil (MACRUZ et al., 2002). Para Pinho (2008); Vaz, Ribeiro e Mateus (2010) e Bizerra (2011), a transparência e a *accountability* estão extremamente relacionadas:

A transparência é o meio pelo qual se pode gerar a *accountability* no setor público, pois não há como fazer com que haja responsabilização por parte dos gestores quando não é possível ter conhecimento por meio de informações claras sobre como os recursos foram utilizados e quais os resultados gerados em decorrência das políticas públicas adotadas (BIZERRA, 2011, p. 45).

A transparência pública pode estar relacionada também ao controle social, estabelecendo uma democracia de caráter mais participativo. Evangelista (2010, pg. 12) traz de forma coerente esta relação quando coloca que “a evolução e concessão do controle social se encontram intimamente relacionadas às atividades desenvolvidas pelo Estado em prol da transparência pública [...]”. Em síntese, Manoel (2010) afirma que o governo tem a obrigação de divulgar suas ações

governamentais e a prestação de contas à sociedade, proporcionando que se tenha um controle social através da transparência.

Numa visão holística, o Tribunal de Contas da União (Brasil, 2014d) apresenta a transparência como um dos princípios da boa governança para o setor público, sugerido pelo Banco Mundial (2007). Deste modo, a transparência é um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil através do acesso a todas as informações referentes às organizações públicas. Para isto, a transparência precisa ser adequada para gerar confiabilidade tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidade com terceiros.

Para finalizar, Cappelli (2009) conceitua transparência através das expressões mais praticadas na literatura: informações completas, informações objetivas, informações confiáveis, informação de qualidade, acesso fácil à informação, compreensão da informação, canais totalmente abertos de comunicação, algo através do qual se permite ver. Enfim, todas as características que auxiliam na definição de transparência. Desta maneira, para cada uma destas características, foi identificada uma definição, apresentada a seguir:

- a) Informação completa: todas as informações estão disponíveis sem restrição;
- b) Informação objetiva: a informação responde diretamente às perguntas feitas;
- c) Informação confiável: a informação é correta, consistente e precisa;
- d) Informação de qualidade: a informação é correta, íntegra, consistente e precisa;
- e) Acesso fácil à informação: o mecanismo usado para acessar tem tempo de resposta e funcionalidades adequadas;
- f) Compreensão da informação: a informação não causa dúvidas. Todos podem compreender;
- g) Canais totalmente abertos de comunicação: acesso livre e fácil às informações; (CAPPELLI, 2009, p. 24).

2.3.1 Legislação aplicada

As medidas legais surgiram para estabelecer regras que devem ser seguidas, sendo um ordenamento. Para promover a transparência pública no país, também foram criadas leis que obrigam a prestação de contas pelos agentes do Estado.

A Constituição Federal de 1988 já fazia menção à transparência, embora não se encontre nela a palavra transparência (BIZERRA, 2011). Pode-se observar,

no Título I - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, está previsto, no art. 5º:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

.....

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Assim, para Silva (1997, p. 254), a Constituição Federal teria acolhido tanto a liberdade pública de informar quanto o direito ao acesso à informação. Aponta, ainda, o fato de que o direito de acesso à informação é colocado, nesse documento, expressamente como um direito coletivo, pois é assegurado a todos.

Para promover a transparência pública, foram estabelecidas leis, decretos, portarias, que tratam de questões relacionadas ao acesso à informação. Em 2000, foi criada a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que tem como objetivo aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos por meio de ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas. (BRASIL, 2013b).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com Bizerra (2011), foi um verdadeiro marco no que diz respeito à transparência da gestão fiscal. Complementando, Macruz et al. (2002) elucidam que a LRF enumera os instrumentos essenciais para a transparência da gestão fiscal quando determina que os planos, os orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias (Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Plano Plurianual-PPA), as prestações de conta, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal deverão ser obrigatoriamente divulgados, inclusive por meio eletrônico.

A Lei de Responsabilidade Fiscal associa a Transparência a critérios de confiabilidade, relevância e compreensibilidade das informações prestadas. A esse respeito, Machado Jr. e Reis (2002/2003) chamam atenção para a importância da

clareza da informação oferecida e esclarecem que a Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, em seu artigo 48,

[...] dispõe que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e os respectivos pareceres prévios; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas desses documentos [...].

Machado Jr. e Reis (2002/2003, p. 192) ressaltam, ainda, que

[...] os instrumentos de que tratam os arts. 48 e 49 e respectivos parágrafos, acima mencionados, são repositórios de informações, que devem ter aquelas características, dentre as quais sobressai a que diz respeito ao conteúdo informativo, cujo significado é de transcendental importância para que o cidadão neófito não tenha dificuldades ao examiná-los.

Em 2009 ocorreu a criação da Lei Complementar nº 131/2009, conhecida como a Lei da Transparência, que altera a redação da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A principal novidade exposta na lei está na obrigatoriedade de todos os entes da federação disponibilizar, em meio eletrônico e tempo real, as informações pormenorizadas sobre a sua execução orçamentária e financeira, criando um sistema integrado de administração orçamentária, financeira e de controle.

A Lei da Transparência (Brasil, 2009) obriga que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulguem as informações referentes quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Em síntese, a Lei da Transparência estabelece a obrigatoriedade da prestação de contas na internet tanto por agentes do Estado, que exercem cargos ou mandatos na administração pública, quanto por instituições públicas.

Segundo a legislação vigente (LC nº 131/2009 e Decreto nº 7.185/2010a), devem ser disponibilizadas as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I. Quanto às despesas:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II. Quanto à receita

Devem-se publicar os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas à:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

Para continuar fomentando a transparência dos atos governamentais, foi criada a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI). Esta lei estabelece os procedimentos destinados a assegurar o direito fundamental de acesso à informação. Deste modo, a administração pública deve divulgar informações de interesse público, independentemente de solicitação, por meios de comunicação, utilizando a tecnologia da informação. Além disso, precisa promover o desenvolvimento da cultura de transparência e do controle social na administração pública.

Este mesmo decreto traz conceitos para alguns termos como:

- *Primária*: Informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
- *Íntegra*: Informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

- *Autêntica*: Informação produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

- *Atualizada*: Dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam.

Oliveira Jr., Jordão, Castro Jr. (2014) elucidam que a LAI é uma lei que obriga o Estado a viabilizar o acesso às informações que estão sob a custódia de órgãos e entidades públicas de forma transparente, clara e de fácil compreensão, por meio de procedimentos objetivos e ágeis.

Transparency International (2006) ressalta que as leis de acesso à informação precisam ser adotadas e as que já existem devem ser mais bem implantadas para garantir o direito ao acesso à informação e também criar uma cultura de divulgação das informações, tanto para governo quanto para a sociedade. As leis foram criadas para impor ao Estado que se promova a transparência, abrindo as cortinas do governo para a sociedade, a fim de que se tenha esclarecimento das ações/atividades que seus governantes eleitos realizam.

Desta maneira, órgãos públicos, ao fomentarem transparência com a divulgação das informações, não podem esquecer que a estrutura organizacional, principalmente da esfera federal, é complexa e numerosa. Cada ministério, órgão ou entidade produz inúmeras informações de naturezas distintas. Isso pode ser um impeditivo para a administração pública criar outros mecanismos de transparência com formatação mais simples, que possam ser entendidos por qualquer brasileiro.

2.4 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

O Portal da Transparência do Governo Federal foi uma das primeiras ferramentas tecnológicas criada pela Administração Pública Federal. Sendo uma iniciativa da antiga Controladoria Geral da União (CGU), órgão criado em 28 de maio de 2003, com a publicação da Lei nº 10.683, e considerado uma agência anticorrupção do país.

Atualmente o PTGF é responsabilidade do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. A CGU também deve exercer, como Órgão Central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária (BRASIL, 2016c).

Segundo Freire (2014, pg. 62), em 6 de junho de 2003, o CGU criou um Grupo de Trabalho (GT) constituído por especialistas em auditoria, contabilidade e/ou tecnologia da informação que tinham a “finalidade de definir a estratégia de divulgação, por meio físico e eletrônico, das informações relativas às transferências de recursos federais”. O GT utilizou como base para o estudo o Orçamento Geral da União (OGU) e a sua classificação técnica. Ao longo dos estudos, concentraram-se entre os objetivos do GT e o Projeto de Lei nº 130/2003, que viria a ser a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei Capiberibe).

Em setembro de 2003, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) foi contratado para prestação continuada de serviços de informática, tendo em vista o desenvolvimento de um portal para apresentação das informações acerca da execução orçamentária e financeira. Em outubro de 2003, foi solicitado aos Ministérios que autorizassem a Caixa Econômica Federal a fornecer à CGU os dados referentes às transferências diretas ao cidadão, como as do programa de concessão do Auxílio-Gás (Freire, 2014, p.62).

Em maio de 2004, de acordo com Rodrigues (2005), foi pedido para que os Ministérios sugerissem termos em linguagem cidadã para cada ação de governo. Após, foram realizados testes do protótipo do Portal, já com escopo preliminar de conteúdo e decidiram que a implementação seria realizada em três etapas, que coincidiam com a classificação das despesas públicas (transferência de recursos, aplicações diretas e financiamento com recursos públicos).

Em novembro de 2004, conforme Brasil (2013a), foi lançado o Portal da Transparência do Governo Federal com a intenção de assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos e aumentar a transparência da gestão pública, além

de permitir que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo aplicado e ajude a fiscalizá-lo, tudo isto por meio da Rede Mundial de Computadores.

Desde 27 de maio de 2010, para atender aos dispositivos previstos pela Lei Complementar nº 131/2009, o Portal da Transparência passou a disponibilizar dados sobre a execução orçamentária e financeira da Receita e da Despesa do Poder Executivo Federal com atualização diária. Os dados são fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) (BRASIL, 2013a, p. 14). Segundo o Tesouro Nacional (2016d), o sistema é o “principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal”.

O portal consolida dados extraídos de Sistemas Estruturadores, como da execução financeira do SIAFI, de convênios do SIAFI e do Sistema de Convênios (SICONV), e de servidores do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), além disso, do cadastro de beneficiários de Programas Sociais e de Cartão de Pagamentos do Governo Federal e da Defesa Civil, dentre outros. São oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério do Planejamento, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. e demais órgãos do governo federal (BRASIL, 2016a).

O Portal da Transparência foi criado e implementado com objetivo de promover e incrementar a transparência dos gastos públicos do Governo Federal e permitir que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar, assim estimulando a participação e o controle social.

De acordo com Prado, Ribeiro e Diniz (2012), o objetivo do Portal é disponibilizar os dados de todos os gastos do Governo Federal com as funcionalidades de explicar, informar e incentivar as possibilidades de controle social da gestão pública, apresentar ferramentas para comunicação com o Portal e para a realização de denúncias.

Segundo Brasil (2013c e 2016a), o portal disponibiliza diversas informações exatas, tempestivas e completas sobre receitas e despesas públicas federais, de modo que qualquer pessoa possa ter a noção mais ampla possível de como é aplicado o dinheiro público. De maneira sucinta, são descritas algumas:

- Informações sobre *Despesas*: destacam-se as informações sobre Transferências de Recursos para estados, municípios, para o exterior, para pessoas

jurídicas, pessoas físicas; Gastos Diretos do Governo Federal, contratação de obras e compras governamentais, por órgão, despesas por ação governamental, por favorecidos (empresas privadas ou pessoas físicas), diárias pagas, cartões de pagamento do Governo Federal; tendo atualização dos dados diariamente e mensalmente sobre os atos praticados pelas unidades gestoras do Poder Executivo Federal;

O cidadão pode saber quanto e com o que está sendo comprometido o recurso do orçamento. É possível, inclusive, conhecer a fase em que a despesa se encontra: empenho, liquidação e pagamento.

- Informações sobre *Transferências de Recursos* para estados, municípios, pessoas jurídicas ou diretamente para pessoas físicas. Os dados disponíveis abrangem as transferências constitucionais, legais, voluntárias e de renda direta ao cidadão. Pode-se consultar, por exemplo, quanto foi repassado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb, uma transferência constitucional) do Ministério da Educação para qualquer município do País ou mesmo quem são os beneficiários da Bolsa Família, quanto receberam e em que meses (recursos federais transferidos diretamente ao cidadão);

- Informações sobre *Receitas* previstas, lançadas e realizadas pelo Governo Federal, organizadas por Órgão e por categoria das Receitas e atualizadas diariamente.

- Informações sobre *Convênios* registrados no SIAFI e no SICONV firmados nos últimos anos, com descrição sucinta do objeto, datas e valores envolvidos, desde 1º de janeiro de 1996, dados atualizados semanalmente.

- *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)*: informações sobre a lista de Empresas Sancionadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas.

- *Servidores*: informações sobre cargo, função e situação funcional dos Servidores e agentes públicos do Poder Executivo Federal;

- *Transparência no Governo*: relação dos órgãos e entidades do Governo Federal que possuem Páginas de Transparência Pública próprias;

- *Participação e Controle Social*;

- *Rede de Transparência*: sobre projetos e ações no âmbito do Poder Executivo Federal; e entre outras;

- *Páginas de Transparência de Estados e Municípios* – dados de cada ente federativo extraídos do Portal da Transparência e versando sobre transferências de recursos recebidas do Governo Federal e o cadastro de convênios.

Além de publicar os dados e informações descritos, o Portal da Transparência disponibiliza um canal de comunicação: o “Fale Conosco”. Por meio desse canal, os usuários do Portal podem esclarecer quaisquer dúvidas com relação à acessibilidade ou ao próprio conteúdo dele constante, bem como fazer elogios, sugestões ou críticas. (BRASIL, 2013c, p. 61).

As informações que estão no portal podem ser consultadas de várias maneiras, só na aba de despesas, o cidadão pode consultar as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, com atualização diária.

Já as despesas pagas, que são atualizadas mensalmente, podem ser pesquisadas através da transferência de recursos. Há quatro diferentes modalidades de consulta: 1) por estado/municípios; 2) por programa; 3) por ação; 4) por favorecido. Há consulta por temática, que são as transferências de recursos ou gastos diretos do governo, por temas como: bolsa família, diárias pagas, cartão de pagamento do governo federal (CPGF), e a transferência nos estados e municípios.

Outras formas de consulta de despesas pagas podem ser: por gastos diretos do governo, tem cinco modalidades: 1) por tipo de Despesa; 2) por órgão executor; 3) por programa; 4) por ação; 5) por favorecido; e por função orçamentária: 1) por função-área e 2) por subfunção – finalidade.

Para todas as modalidades de consultas citadas, deve ser escolhido o exercício financeiro, que, segundo o Senado Federal: “é o período anual em que deve vigorar ou ser executada a Lei Orçamentária Anual. No Brasil, coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro”.

Para facilitar a navegação no portal, foi criado um “Manual Prático do Portal da Transparência do Governo Federal”, que tem o objetivo, segundo Brasil (2016a), de:

(...) orientar, de um modo rápido e simples, o cidadão e os agentes públicos a encontrarem as informações desejadas para conhecer a aplicação dos recursos públicos federais e contribuir com o Governo em seu papel de fiscalização. Por meio deste manual passo-a-passo, o internauta recebe instruções simples e ilustradas sobre cada modalidade de consulta existente no Portal da Transparência do Governo Federal. Além disso, o Manual disponibiliza informações detalhadas de todas as seções do Portal tais como “Participação e Controle Social”, “Fale Conosco”, “Aprenda Mais”,

“Perguntas Frequentes”, “Rede de Transparência” e cadastramento no sistema de mala direta para receber informações sobre novas liberações de recursos a um município.

Alves (2011) relata que o Portal possui uma universalidade de informações, qualquer pessoa interessada pode buscar informações referentes a receitas, despesas e transferências realizadas no âmbito do Poder Executivo Federal. De acordo com pesquisa de Batista e Freire (2014), as informações mais acessadas são as despesas referentes a gastos diretos do Governo Federal, em seguida as transferências de recursos e, por último, informações de quanto o governo gasta com os servidores e agentes públicos.

Desse modo, Alves (2011) afirma que o Portal é um dos principais meios de prestação de contas à sociedade, por reunir e disponibilizar as informações sobre arrecadação e aplicação desses recursos federais, sendo um mecanismo de transparência que possibilita se ter um controle social.

Além do Portal da Transparência, o Governo Federal, buscando promover cada vez mais a transparência dos gastos públicos, desenvolveu as Páginas de Transparência Pública de cada órgão ou entidade federal, ampliando as condições de conhecimento e de controle do uso dos recursos públicos. Essas páginas integram o rol de ações de governo voltadas para o incremento do controle social e complementam as informações disponíveis no Portal da Transparência. As Páginas de Transparência Pública estão sob a coordenação da CGU, e são disciplinadas pela Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006 (BRASIL, 2010b, p. 49).

2.5 O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

As tecnologias da informação e comunicação se tornaram ferramentas aliadas para a promoção da transparência pública, do controle social e da participação do cidadão. Conforme Vaz, Ribeiro e Matheus (2010), os meios eletrônicos, como internet, potencializam a transparência governamental por permitir

uma maior facilidade de acesso aos dados e informações sobre Administração Pública.

Araújo e Souza (2011, p.2) colocam que as TICs possibilitaram que ocorresse uma nova relação entre o governo e cidadãos, desta nova relação surgiu o Governo Eletrônico (e-governo ou e-Gov), permitindo que a administração pública se tornasse mais acessível, eficiente, democrática e transparente.

O e-Gov, segundo Caldas (2007), foi criado em 1999, durante o 1º Fórum Global sobre Reinvenção do Governo, em Washington, onde os países envolvidos deveriam criar projetos para informatizar os seus governos. Assim surgiu o governo eletrônico. De acordo com Gant & Gant (2003) consiste num conjunto de esforços por parte do setor público com auxílio da tecnologia e informação para prestar serviços e disponibilizar informação para a população, ou seja, através da internet, o governo disponibiliza informações e serviços à sociedade.

Para completar o conceito de governo eletrônico, Ciborra (2005, p. 261) elucida em três perspectivas:

Governo Eletrônico são Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) aplicadas ao ordenamento de ao menos três processos. Primeiro, atende à relação (transação) entre a administração e o cidadão e a reengenharia das atividades internas da administração. Um segundo nível é relacionado ao modo como as fronteiras entre o Estado e o mercado são redesenhadas. O terceiro nível [...] é relacionado a uma melhor *accountability* e ao aumento da transparência, características de uma boa governança [...].

O governo eletrônico surge com a ideia de suprir a necessidade da sociedade de ter controle dos atos administrativos, conforme Ferreira e Araújo (2000) expressam:

Acredita-se que a utilização da Internet e de Web Sites governamentais para prestação de serviços públicos on-line e para disponibilização das mais variadas informações acerca das atividades públicas representa um caminho para melhorar a eficácia e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos bem como do processo democrático. Por meio desses expedientes, julga-se ser possível atender demandas mais específicas da população e que a mesma possa ter uma participação mais efetiva na gestão pública, tanto definindo prioridades quanto fiscalizando e controlando as ações do governo. (FERREIRA e ARAUJO, 2000, p.1).

No Brasil, o governo eletrônico começou no bojo da reforma do estado, em meados de 2000, como a criação e desenvolvimento do Programa Federal de Governo Eletrônico (PFGE), que institucionalizou a questão da transparência.

Durante o programa foram criados alguns portais como: de Convênios, que é um sítio eletrônico que abriga o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse e de Compras do Governo Federal (ComprasNet), que permite que o cidadão acompanhe as compras e contratações de serviços pelo estado, oferecendo à sociedade transparência e controle social sobre a aplicação dos recursos públicos.

Porém, com o passar dos anos, o programa perdeu força. Prado, Ribeiro e Diniz (2012) afirmam que a causa foi o desinteresse do governo federal, que fez com que alguns órgãos começassem a estabelecer suas próprias políticas de governo eletrônico, mas nunca deixaram de seguir os padrões comuns para a administração pública federal, definidos no âmbito do programa.

Em contraposição, Freire (2014) enfatiza que o governo vem investindo cada vez mais recursos e esforços no desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação para criar e expandir políticas de governo eletrônico; melhorar a prestação de serviços públicos, modernizar processos internos; expandir o acesso à internet; aumentar a responsabilização dos agentes públicos e a prestação de contas; estimular a participação política e o controle social; desenvolver iniciativas de democracia digital; e fomentar a transparência pública.

Com o uso das TICs, o governo oferece diferentes funções através dos portais governamentais. Prado (2009) classifica em três categorias, conforme sua relação com a promoção da transparência: Portais de Negócios, Portais de Entrada e Portais de Transparência.

Os portais de negócios foram os primeiros a surgirem para “[...] facilitar a realização de negócios pelo governo” (PRADO, 2009, p. 122). Tem a função de realizar as compras públicas e também promover a transparência dos processos de compras e convênios. Os exemplos do Governo Federal são o Portal ComprasNet e o Portal de Convênios.

Os portais de entrada são representados pelo Portal Brasil e pelo Portal Rede Governo, que permitem ter acesso a grandes quantidades de informações e de serviços. Prado (2009) explica que são portais que redirecionam para os serviços ou informações públicas prestadas pelos demais órgãos do governo, tendo um papel importante para a promoção da transparência.

Já os portais de transparência são considerados iniciativas distintas quanto à transparência, pois foram criados com a finalidade específica de constituir um canal

de apresentação da prestação de contas do governo (PRADO, 2009, p. 122). Nesta categoria se enquadra o Portal da Transparência do Governo Federal.

Os portais governamentais têm funções distintas, alguns prestam serviços públicos eletrônicos com mais agilidade, outros disponibilizam informações, e há os que têm informações e serviços, mas todos contribuem para a promoção da transparência como também para a fiscalização e o controle social das ações governamentais.

Os portais beneficiam tanto a sociedade como o governo. A sociedade tem disponível as informações e os serviços em tempo integral, sem a necessidade de deslocamento, ganhando rapidez no acesso e no tempo de execução, além de qualidade. O governo ganha maior capacidade de atendimento, custo reduzido e mais transparência. (SILVA; LIMA, 2007, p.8).

A tecnologia da informação e comunicação propicia ferramentas para o governo, de acordo com Lopes (2007), potencializa a transparência governamental, diminuindo, assim, a assimetria de informações entre o governo e o cidadão, tornando este último agente muito mais poderoso em ambientes democráticos, ou seja, uma sociedade empoderada. Corroborando Nascimento, Freire e Dias (2012), as TICs permitiram ter novas formas de participação social na gestão dos recursos públicos, conferindo maior legitimidade às políticas públicas em benefício da eficácia, responsividade, transparência e governança.

3 DEFINIÇÃO METODOLÓGICA E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Neste trabalho, uma das linhas utilizadas foi a classificação quanto aos fins e meios, conforme apresentado por Vergara (2014), e a outra foi a de Gil (2010) quanto à natureza dos dados.

Tomando como base esse critério, o presente trabalho classifica-se quanto aos fins (objetivos) como uma pesquisa exploratória. Vergara (2014) coloca que este tipo de pesquisa se realiza quando há pouco conhecimento acumulado e sistematizado na área de investigação. Corroborando, Gil (2010) afirma que a pesquisa exploratória tem a intenção de proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro.

Por este motivo que o trabalho se enquadra nesta classificação, uma vez que as pesquisas realizadas até o momento se detiveram em saber quais são os assuntos que os cidadãos pesquisam com mais frequência e as limitações que o Portal apresenta. Não focalizam em métodos que facilitem a visualização e compreensibilidade das informações disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

A natureza do trabalho também é uma pesquisa aplicada. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) e Gil (2010), esta pesquisa se aplica numa situação específica, que tenha objetivo de gerar conhecimento para aplicação prática e solucionar problemas específicos. Deste modo, o estudo teve a intenção de gerar um conhecimento em relação às despesas públicas através de uma representação diferenciada e que possibilite fácil entendimento do assunto e assim possa ser uma ferramenta usual por todos os níveis da sociedade.

Para isso, utilizou-se procedimentos técnicos, baseando-se em trabalhos publicados, livros, teses, revistas científicas, relatório de pesquisa etc.

Fonseca (2009) explica, de maneira simples, o que é pesquisa bibliográfica afirmando que não é apenas repetir o que foi escrito ou dito, mas olhar de maneira diferente sobre o tema para que possa articular e correlacionar as informações obtidas com o objeto do estudo, com isso obtendo conclusões inovadoras.

Outro procedimento técnico usado foi o documental, pois, através das legislações, mídias eletrônicas, materiais publicados pelo governo federal, o próprio

Portal da Transparência, pode-se compreender a sistemática das despesas públicas.

Além desses, realizaram-se métodos estatísticos, como análise descritiva e multivariada, para verificar a representação dos grupos de despesa e os pesos dos elementos de despesa em relação ao período analisado. Gil (2008) discursa sobre a importância do método estatístico para investigação em ciências sociais, pois os resultados obtidos não podem ser considerados absolutamente verdadeiros, mas dotadas de boa probabilidade de serem verdadeiros com grau de precisão razoável, reforçando as conclusões obtidas.

Por fim, a forma de abordagem da pesquisa foi quali-quantitativa, visto que o Portal da Transparência apresenta inúmeras informações monetárias, financeiras e orçamentárias. Dessa forma, uma pesquisa quali-quantitativa, segundo Creswell (2010), é uma pesquisa que envolve, em um único estudo, dados numéricos ou estatísticos e informações textuais, o pesquisador emprega estratégias que envolvem a coleta de dados, tanto simultaneamente quanto sequencialmente, para melhor entender o problema da pesquisa.

Complementando, Lyrio, Brotti e Ensslin (2008, p.170) explicam que a pesquisa pode ser classificada como quali-quantitativa, “uma vez que faz uso não só de instrumental estatístico na coleta e no tratamento dos dados, mas também de dimensões qualitativas quando da identificação dos critérios que compõem o modelo”. No caso da pesquisa, foram estabelecidos critérios para criar um banco de dados que recebeu os tratamentos estatísticos.

3.2 PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa utilizou uma amostragem probabilística estratificada. Lakatos e Marconi (2010) afirmam que este tipo de amostragem deve ser utilizado quando não se tem a possibilidade de trabalhar com a totalidade dos componentes do universo. O processo de amostragem probabilístico se dá quando o pesquisador escolhe aleatoriamente a sua amostra, ou seja, qualquer membro da população tem a mesma probabilidade de ser escolhido.

O universo amostral da presente pesquisa foram os dados, que se encontram disponibilizados no Portal da Transparência do Governo Federal, referentes às Despesas – Gastos Diretos do Governo (Recursos gastos diretamente

pelo Governo Federal), especificamente, por tipo de despesas anuais; os gastos diretos do Governo Federal que se referem às despesas executadas pelos órgãos superiores, que são todos os Ministérios e a Presidência da República e seus órgãos/entidades executores, ou seja, unidades orçamentárias que estão vinculadas e que compõem o Poder Executivo.

Utilizou-se as Despesas – Gastos Diretos do Governo, especificamente por tipos de despesas anuais, pela abrangência de informações referentes aos gastos anuais efetuados pelo governo federal, ou seja, depois de algumas análises realizadas, verificou-se que a pesquisa por tipos de despesas apresenta todas as despesas anuais efetuados pelo governo federal. É importante destacar que o *download* de dados, disponível no portal, apresenta as informações sobre despesas em arquivos mensais, inviabilizando a coleta de dados, por este motivo optou-se por fazer dessa forma.

Os dados utilizados encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal, sendo constituídos por valores, divididos em grupos de despesa e elementos de despesa, conforme a figura 7.

Figura 7 - Tela dos Gastos Diretos por Tipo de Despesa

Controladoria-Geral da União
Portal da Transparência
GOVERNO FEDERAL

Perguntas frequentes | Contato | Glossário | Links | Manual de navegação

Acesso rápido Seleccione... OK

Você está em:
Início > Despesas > Gastos Diretos > Elementos de Despesa

GASTOS DIRETOS POR TIPO DE DESPESA

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2014 - Aplicações Diretas: R\$ 1.860.959.485.949,63

Selecione a(s) "Elemento de Despesa" para obter o detalhamento do valor. Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente.

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)
Amortização e Juros da Dívida	21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	4.755.477.389,26
Amortização e Juros da Dívida	23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	165.968.757.740,44
Amortização e Juros da Dívida	24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	35.157.805,40
Amortização e Juros da Dívida	22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	69.782.958,27
Amortização e Juros da Dívida	77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciada	1.963.382.555,02
Amortização e Juros da Dívida	76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciada	614.854.065.632,00
Amortização e Juros da Dívida	71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	62.759.261.627,94
Amortização e Juros da Dívida	72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	128.267.309.875,52
Inversões Financeiras	61 - Aquisição de Imóveis	123.303.384,25
Inversões Financeiras	62 - Aquisição de Produtos para Revenda	948.399.704,88
Inversões Financeiras	64 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado	94.199.460,00
Inversões Financeiras	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	59.472.441.479,57
Inversões Financeiras	65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	2.987.501.727,16
Inversões Financeiras	93 - Indenizações e Restituições	12.919,50
Inversões Financeiras	91 - Sentenças Judiciais	399.001,03

Página 1/6
- Primeira | < Anterior | Próxima > | Última + | Página: nº página

Clique aqui para baixar dados do portal
Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

Controladoria-Geral da União
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Fonte: Portal da Transparência Governo Federal (BRASIL, 2016a).

O grupo de despesa é a classificação quanto à sua natureza, compreendendo os agrupamentos, como: pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida interna; juros e encargos da dívida externa; outras despesas correntes; investimentos; inversões financeiras; amortização da dívida interna; amortização da dívida externa; outras despesas de capital (BRASIL, 2016a).

O elemento de despesa é o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para a consecução dos seus fins (BRASIL, 2016a).

Realizou-se a coleta de dados no próprio site do Portal da Transparência Governo Federal, especificamente na aba “Despesas”, em “Gastos Diretos do Governo”. Foram selecionados os exercícios dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, que correspondem ao Plano Plurianual 2012-2015, e a opção “por Tipo de Despesas”, conforme figura 8. Cabe ressaltar que esta coleta foi realizada por cada ano de exercício, conforme o portal disponibiliza.

Figura 8 - Tela principal do Portal da Transparência do Governo Federal

Fonte: Portal da Transparência Governo Federal (BRASIL, 2016a).

A pesquisa utilizou um PPA por ser um período onde o governo federal estabelece o planejamento estratégico de maior abrangência temporal. Conforme

Albuquerque, Medeiros e Silva (2008), o Plano Plurianual é o momento em que o governo estabelece as prioridades, as diretrizes, os objetivos e as metas que nortearão a aplicação dos recursos públicos.

Criou-se um banco de dados no programa *Excel*®, organizado por exercício financeiro, grupo e elemento de despesa que proporcionou avaliar e mensurar as despesas executadas pelo poder executivo, além disso, facilitou a visualização das inúmeras informações extraídas do portal.

O portal publica informações no formato bruto como são executadas e por exercício financeiro, sem passarem por qualquer tipo de filtro ou reorganização. A partir desse momento, com o banco de dados organizado, estabeleceram-se alguns critérios, criando variáveis para as análises estatísticas.

Primeiro critério: Ocorrência dos Elementos

Este critério estabelecido se refere à média de ocorrência nos órgãos superiores (MOOS), ou seja, número de Órgãos Superiores que executam ou registram um determinado elemento de despesa ou natureza de despesa, considerando que o número de ocorrência de determinado elemento no Órgão Superior é um indicativo da frequência de sua execução pelos Órgãos/Entidades Vinculadas.

Segundo critério: Participação do elemento de despesa no total do ano

Caráter quantitativo, quanto o elemento de despesa (natureza de despesas) representa na totalidade dos gastos públicos do período analisado. Foi constituído este critério porque há estudos, como de Miranda et al. (2008), Manoel (2010) e Batista e Freire (2014), que indicam o que a sociedade tende a valorar, questões referentes a “quanto e em que o governo gasta”, “quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo” e a “quanto ganha um servidor público”, sendo informações quantitativas. Desta maneira, pode-se obter quanto por cento cada elemento de despesa representa no total de despesas do governo federal, para isso tem-se a equação abaixo:

$$(1) \quad \frac{\text{PEDT}=\text{TAED(R\$)}}{\text{TADG(R\$)}} \quad \times \quad 100$$

Onde:

PEDT= Participação do Elemento de Despesa no Total do Ano (%)

TAED= Total do Ano do Elemento de Despesa (R\$)

TADG= Total do Ano Destinado pelo Governo (R\$)

Terceiro critério: Participação do elemento de despesa no grupo

A intenção deste critério foi verificar quanto cada elemento de despesa representa no grupo de despesa correspondente, pois o grupo de despesas é uma classificação importante, através dele os elementos são agregados de acordo com objeto de gasto. O grupo de despesa é classificação em seis categorias: 1- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais; 2- Juros Encargos da Dívida; 3- Outras Despesas Correntes; 4- Investimentos; 5- Inversões Financeiras; 6- Amortização da Dívida (BRASIL, 2014a).

Com este critério, estabeleceu-se quanto por cento cada elemento de despesas representa no grupo de despesas que estão inseridos, assim foi sugerido a seguinte equação:

$$(2) \quad \frac{\text{PEDG}=\text{TAED(R\$)}}{\text{TAGD(R\$)}} \quad \times \quad 100$$

Onde:

PEG= Participação do Elemento de Despesa no Grupo de Despesa (%)

TAED= Total do Ano do Elemento de Despesa (R\$)

TAGD= Total do Ano do Grupo de Despesa (R\$)

Para obter o total do grupo de despesa, realizou-se o somatório de todos os elementos de despesa que compunha o grupo de despesa.

Com as variáveis criadas, obtiveram-se as médias do período e criadas nomenclaturas: MOOS (média de ocorrência nos órgãos superiores); MPT (média da participação no elemento de despesa no total) e MPG (média da participação do elemento no grupo de despesa). Com as médias calculadas, criou-se uma tabela

dinâmica utilizando-se ferramentas disponíveis no *Excel*®, conforme a figura 9 (o apêndice B traz essa tabela completa). Desta maneira, podem ser observados quais os elementos tinham a maior representação no grupo e no total, verificaram-se também quais os elementos que eram mais executados pelos órgãos superiores durante o período de análise.

Figura 9 - Tabela Dinâmica de Médias dos Grupos e Elementos de Despesa (PPA 2012-2015)

Ano(s)		FILTROS		
Grupo(s) de Despesa		Pessoal e Encargos Sociais		
Elementos de Despesa	Média de Participação no Total	Média de Participação no Grupo	Média de Ocorrência no Órgão Superior	
01 - Aposentadorias e Reformas	3,03%	27,67%		22
03 - Pensões do RPPS e do militar	1,84%	16,76%		23
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,04%	0,39%		14
05 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	0,00%	0,00%		9
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0,02%	0,16%		24
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3,85%	35,11%		25
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1,17%	10,64%		8
13 - Obrigações Patronais	0,81%	7,37%		25
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,03%	0,31%		25
17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,01%	0,11%		1
91 - Sentenças Judiciais	0,07%	0,62%		23
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,03%	0,28%		25
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,02%	0,22%		17
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,04%	0,36%		24
Total Geral	10,96%	100,00%		19

Fonte: Portal da Transparência, 2016.

Com o novo banco de dados, realizou-se análise estatística descritiva (média, desvio-padrão, mínimo, máximo e coeficiente de variação) dos grupos de despesa, e, com base nos resultados, estabeleceram-se os grupos de despesa que não participariam da análise estatística final. Os elementos de despesa que tinham a média de ocorrência inferior a 3 órgãos superiores foram excluídos.

Antes de aplicar a análise multivariada, verificou-se se havia *outliers*, que de acordo com Todorov & Filzmoser (2009) e Sabino, Lage e Almeida (2014), são valores extremos na distribuição multivariada, que podem influenciar no resultado final da análise estatística. Vicini (2005, p. 25) explica como se obtém a medida da distância de Mahalanobis (D^2) através da forma matricial entre duas unidades amostrais (tratamentos, indivíduos, populações), i e i' , que é fornecida pela notação:

$$D_{ii}^2 = \left(\vec{X}_i - \vec{X}_{i'} \right) S^{-1} \left(\vec{X}_i - \vec{X}_{i'} \right)$$

(3)

Para detectar estes dados discrepantes, realizou-se a distância de Mahalanobis com auxílio do *software Minitab*.

Após retirar os dados divergentes, utilizou-se o mesmo *software* para realizar a análise multivariada de componentes principais (ACP) por ser uma análise exploratória de dados e ter a característica de reduzir os dados.

Outras técnicas de análise multivariada de dados, poderia ser utilizada, como a análise fatorial, de discriminante e conglomerados. Segundo Oliveira e Minuta (2005) a primeira tem como objetivo descrever a estrutura de dependência de um conjunto de variáveis, por meio da geração de fatores, que são variáveis, que supostamente medem aspectos comuns e também de redução de variáveis; a segunda geralmente é utilizada com o objetivo de diferenciar populações e/ou classificar objetos em populações pré-definidas; e a análise de conglomerados, utiliza-se quando se deseja explorar as similaridades/dissimilaridades entre indivíduos ou variáveis classificando-as em grupos.

A adequação da análise de componentes principais à pesquisa, ocorre por a mesma possuir objetivos descritos por Oliveira e Minuta (2005): redução da dimensionalidade dos dados; obtenção de combinações interpretáveis das variáveis; descrição e entendimento da estrutura de correlação das variáveis.

Varella (2008) explica que é uma técnica onde se transforma o conjunto de variáveis originais (p) em um novo conjunto com número menor de variáveis (k) não correlacionadas (componentes principais), com a menor perda possível da informação.

A análise é realizada com o intuito de resumir o padrão de correlação entre as variáveis e, muitas vezes, é possível chegar a conjuntos de variáveis que sejam não correlacionadas umas com as outras, levando assim a um agrupamento delas (OLIVEIRA E MINUTA, 2005).

Esta técnica pode ser utilizada para geração de índices e de agrupamento de indivíduos, ou seja, os indivíduos são agrupados segundo suas variâncias e comportamento dentro da população.

Segundo Lattin, Carroll, Green (2011), a análise de componente principal tem objetivo de encontrar uma combinação linear, representada pelo vetor $u = (u_1, u_2, \dots, u_p)'$, das variáveis originais $X = [x_1, x_2, \dots, x_p]$, onde u é escolhido para maximizar a variância dos elementos de $z = Xu$, sendo descrito por (4):

$$\text{var}(Z) = \frac{1}{(n-1)} u'X'Xu$$

(4)

Como X é padronizado, substitui o termo $1/(n-1) X'X$ pela matriz de correlação da amostra R, descrito em (5):

$$\text{var}(Z) = u'Ru$$

(5)

A maximização dos componentes de u (o comprimento do vetor) ainda não é suficiente, pois pode levar var (z) ao infinito, dessa maneira, estabelece-se que $u'u = 1$. Lattin, Carroll e Green (2011) descrevem que esse problema se resolve através da formação do Lagrangiano, ou seja, tomar a primeira derivada, atribuir-lhe o valor zero e resolver. Assim o Lagrangiano é dado por:

$$L = u'Ru - \lambda(u'u - 1)$$

(6)

Onde λ é o multiplicador Lagrangiano. Tomando-se a derivada de L em relação aos elementos de u, tem-se:

$$\frac{\delta L}{\delta u} = 2R - 2\lambda u$$

(7)

Logo, se a equação (7) igual a zero, tem-se as seguintes condições:

$$Ru = \lambda u \quad \text{ou} \quad (R - \lambda L)u = 0$$

(8)

O objetivo é maximizar a variância de z dada por $u'Ru$, para que as condições de primeira ordem se mantenham, deve-se ter $Ru = \lambda u$, se substituir λu por Ru , tem-se $\text{var}(z) = u'Ru = u' \lambda u = \lambda u'u = \lambda$, porque $u'u = 1$. Portanto, o autovalor λ é exatamente variância do componente principal associado (LATTIN, CARROLL e GREEN, 2011, p.80).

Os autores também relatam que o primeiro componente principal se dá pela combinação linear das variáveis originais $X = [x_1, x_2, \dots, x_p]$ com a maior variância possível, neste caso, a variância é entendida como as informações contidas nos dados.

O segundo componente principal também é dado pela combinação linear de X , o que ainda não foi explicada pela primeira componente principal, ou seja, esta componente não é correlacionada com a primeira. Os componentes subsequentes não são correlacionados a todos os componentes principais anteriores.

Os componentes principais possuem outro subproduto, é importante analisá-lo, que são as cargas dos componentes principais, isto é, é a matriz de correlação do escore do componente principal com as variáveis originais. A matriz das cargas, representada por F , pode ser calculada como:

$$F=UD^{1/2}$$

(9)

Onde o U é a matriz dos autovetores e D é a matriz de covariância dos componentes principais. Cada componente principal é definido pelas variáveis com as quais é mais altamente correlacionado. Com as cargas dos componentes principais, pode-se determinar a quantidade de variância em cada variável original explicada por qualquer número dos componentes principais (LATTIN, CARROLL e GREEN, 2011). A equação para a variância explicativa na variável X_i pelo primeiro componente principal c é

$$\sum_{j=i}^c f_{ij}^2 \tag{10}$$

Onde c é o número dos componentes principais retidos e f_{ij} é a correlação entre X_i e Z_j da matriz F . Quando $c = p$, ou seja, todos os componentes principais estão retidos, então $\sum_j f_{ij}^2 = 1,0$.

Deste modo, a análise de componentes principais permite que o pesquisador reoriente os dados para que algumas poucas primeiras dimensões expliquem tantas informações quanto possível. Também é útil na identificação e compreensão dos padrões de associação entre as variáveis (LATTIN, CARROLL e GREEN, 2011).

3.3 CONSTRUÇÃO DO *DASHBOARD*

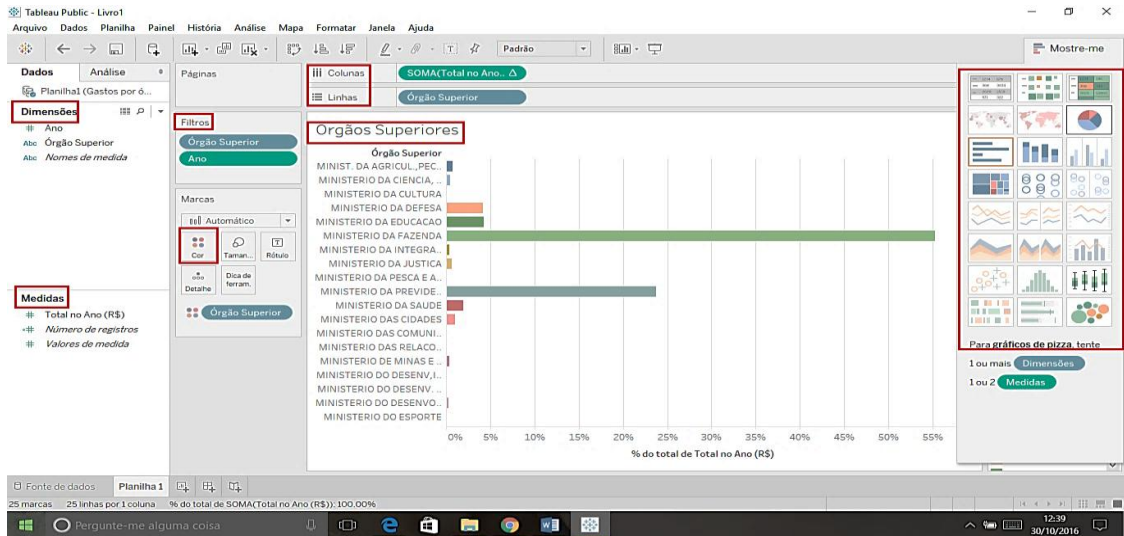
Com a determinação dos grupos e elementos de despesa mais relevantes obtidos dos resultados foi construído um painel interativo, que é chamado de *dashboard*, que poderá ser usado como uma ferramenta de apoio do Portal da Transparência.

Para realizar a arquitetura do *dashboard*, utilizou-se o *software Tableau Public*. *Tableau Public* é o *software de business intelligence* que permite criar painéis interativos de tempo real. Com apenas alguns cliques, é possível adicionar filtros e obter informações detalhadas com o máximo de simplicidade (TABLEAU, 2015).

O *software Tableau Public* tem acesso livre, mas para acessá-lo é preciso se cadastrar através de *login* e senha. O próprio *software* tem tutoriais em vídeos mostrando passa-a-passo como se constrói *dashboard*.

O primeiro passo realizado foi exportar a base de dados do *Excel®* oriundos do Portal da Transparência do Governo Federal utilizados na pesquisa. Os dados são divididos em dimensões, e são dados descritivos como: ano, órgão superior, grupos e elementos de despesa. O outro em medidas, que são os numéricos e os valores, como total no ano (R\$), percentual. O segundo passo foi definir quais os dados ficariam nas colunas e nas linhas, como seriam representados por percentual, valor monetário; também se escolheu as cores, os tipos de gráficos, os filtros ou páginas e definiu-se o título. A figura 10 ilustra como estão disponíveis estas opções, em destaque, no *software Tableau Public*, além dessa, há outras ferramentas disponíveis.

Figura 10 - Tela do *software Tableau Public* com as opções

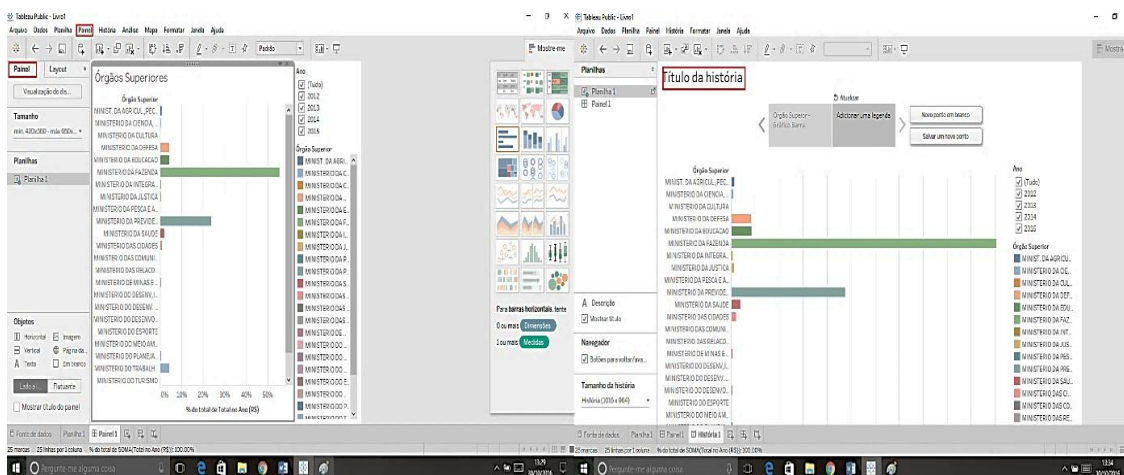


Fonte: Dados da pesquisa no software *Tableau Public*.

O terceiro passo foi criar *dashboard* na opção *painel* e *história*, conforme a pode ser observado na figura 11.

O modo *história* é uma planilha que contém uma sequência de pastas de trabalho ou painéis que trabalham juntos para transmitir informações. Já o modo *painel* é uma coleção de várias planilhas e informações de suporte mostradas em um único local para que você possa comparar e monitorar uma variedade de dados simultaneamente (TABLEAU DESKTOP, 2016)

Figura 11 - *Dashboard* *Painel* e *Histórico*



Fonte: Dados da pesquisa no software *Tableau Public*

Posteriormente foi elaborado uma enquete em uma rede social, com o auxílio do Google Formulários onde as duas opções foram comparadas com o Portal da Transparência.

A enquete sobre o título “Portal da Transparência - Gastos Diretos do Governo Federal”, teve como pergunta o seguinte (ver Apêndice C):

O Portal da Transparência do Governo Federal possibilita que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. Desta forma, caso o cidadão queira saber o gasto do Governo Federal com servidores, dívida pública, ou a despesa de um determinado Ministério é possível acessar o site e acompanhar. Qual das opções abaixo, permite um melhor entendimento das despesas públicas? Visite os links antes de responder. Link Portal da Transparência - <https://goo.gl/RD0Mha>; Link Transparência Public - <https://goo.gl/EszMhj>

A primeira enquete faz comparação com a tela do PTGF, onde os dados foram coletados, com o *dashboard* formatação painel e os dois *links* foram disponibilizados, até obter dez respondentes.

Realizou-se a segunda enquete, procedeu-se da mesma forma, porém agora, faz comparação com da tela do PTGF, com o *dashboard* formatação história, utilizando a mesma pergunta, porém alterando somente o *link* referente ao *dashboard*. No momento, em que alcançou dez respondentes a segunda enquete foi encerrada.

4 A VISUALIZAÇÃO DOS GASTOS DIRETOS DO GOVERNO FEDERAL NA PERSPECTIVA DOS ELEMENTOS DE DESPESA

O Governo Federal emprega os recursos oriundos das receitas orçamentárias para funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade, de acordo com procedimentos contábeis constituídos pela legislação específica e pelas portarias ministeriais. Dentre conceitos, regras e procedimentos estabelecidos pelo *Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público* (Brasil, 2014a), há padronização e uniformização das receitas e despesas, no âmbito nacional, melhorando a qualidade e a consistência das informações prestadas a toda sociedade e, conseqüentemente, proporcionando maior transparência sobre as contas públicas.

Nesse sentido, foi possível observar, a partir do estudo, que o Portal da Transparência organiza as informações de acordo com as regras contábeis

estabelecidas pelo Governo Federal. A formatação que aparece no site é como ocorre no sistema SIAFI, onde acontece a execução orçamentária e financeira dos órgãos federais.

Observou-se que, na opção “*Consulta>Despesa>Gastos Diretos do Governo>Elemento de despesas*”, a estrutura apresentada pelo Portal segue inicialmente o padrão de Classificação Institucional e de Natureza de Despesas, havendo 70 elementos de despesa que são executados por 25 órgãos superiores (órgãos orçamentários) e cada um possui suas unidades orçamentárias executoras; estes elementos estão ainda classificados em 5 grupos de despesa. Tal configuração está de acordo com o art. 13 da Lei 4.320, de 1964, e com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001, que dispõe sobre as normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A forma como as despesas públicas estão publicadas no portal garante informações contábeis fidedignas, onde qualquer cidadão pode acompanhar a execução dos programas e ações do Governo Federal. Desta forma, cumpre o que está exposto na Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, que alterou a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal, determinando a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Mesmo que o portal atenda as exigências legais, principalmente apresentar estas informações detalhadas, torna-se um mecanismo de transparência e de busca para pessoas que tenham algum conhecimento do assunto. Nazário, Silva e Rover (2012) ressaltaram na sua pesquisa, que, apesar do portal apresentar várias formas de auxílio nas consultas como: Manual de Navegação, Glossário, Perguntas Frequentes e Fale Conosco por telefone e e-mail, o público em geral precisa possuir certo conhecimento sobre as informações disponibilizadas.

A pesquisa ainda observou que, na modalidade de consulta explorada, o usuário fica limitado aos dados de um exercício financeiro de cada ano, não há série histórica, e se o cidadão quiser comparar informações de períodos diferentes, ele precisa montar uma tabela contendo os anos. Além disso, as informações referentes às despesas encontram-se em valores monetários, sem haver outra forma de apresentação, como percentual, que facilitaria a percepção.

A partir da análise descritiva dos grupos de despesa, tabela 1, observou-se a variação de alguns grupos de despesa durante o período, onde o *grupo de investimentos* teve a maior variação, aproximadamente de 21%. Apesar de representar uma participação baixa no total, quando comparado com os demais grupos.

O grupo amortização e juros da dívida apresentou a variação média de 4% pode se dizer que o comportamento desse grupo foi linear no período analisado.

Tabela 1- Estatística descritiva da participação dos Grupos de Despesa

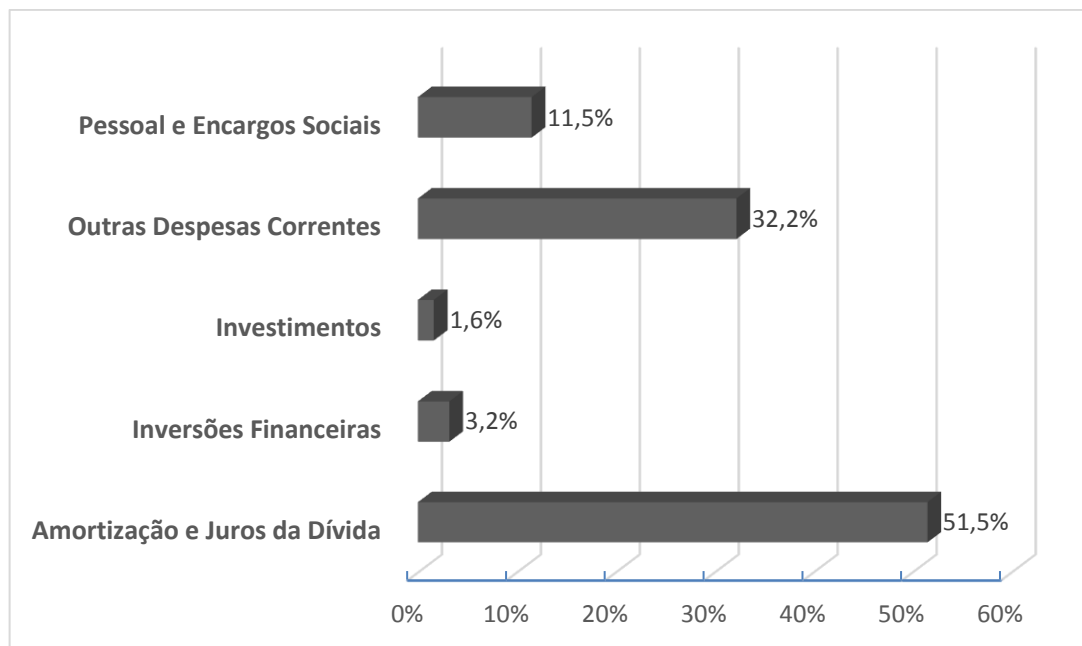
Grupos de Despesa	Média (%)	Mín. (%)	Máx. (%)	DP	CV (%)
Amortização e Juros da Dívida	51.5	49.02	53.99	1.91	3.71
Inversões Financeiras	3.2	2.67	3.6	0.36	11.34
Investimentos	1.6	1.08	1.92	0.33	20.85
Outras Despesas Correntes	32.2	29.78	34.48	1.76	5.47
Pessoal e Encargos Sociais	11.5	10.65	12.37	0.71	6.2

Legenda: Média: Grupo de Despesa/total da despesa pública ao longo do PPA (2012-2015); Mín.: mínimo; Máx.: máximo; DP: desvio-padrão; CV: coeficiente de variação.

Fonte: Dados da pesquisa.

A figura 12 ilustra a participação dos grupos de despesa no total gasto pelo governo federal, evidenciando a representatividade de alguns grupos nesses dispêndios realizados pelo governo. Constata-se que no período analisado o grupo de despesa amortização e juros da dívida representa em média 51,5% do total das despesas públicas do governo federal e tem a menor variabilidade comparada com outros grupos de despesa.

Figura 12 - Participação média dos Grupos de Despesa no PPA (2012-2015)



Fonte: Dados obtidos a partir do Portal da Transparência - "Consulta>Despesa>Gastos Diretos do Governo>Elemento de despesa", dos anos 2012 a 2015. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasPrincipal2.asp>>. Acesso em 10 de julho de 2016.

Esta situação vai ao encontro da constatação de Fattorelli e Ávila (2015), de que, somente em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano. Essa quantia corresponde a 12 vezes mais do que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social.

Por ter uma representação significativa, este grupo foi apresentado como um "bloco", sem desfragmentar os elementos de despesa que compõem o grupo. O mesmo não foi considerado para análise multivariada de componentes principais.

O portal apresenta o grupo amortização e juros da dívida compilados, pois, segundo a Lei 4.320, de 1964, e a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001, o grupo de amortização da dívida e o de juros e encargos da dívida são classificados em grupos distintos. A união desses dois grupos ocorreu por serem grupos de despesa que possuem as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

O grupo de *Inversões Financeiras* corresponde às dotações destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aos títulos financeiros e à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas, inclusive às

operações bancárias ou de seguros (Tesouro Nacional, 2016d). Representou 3,2% no total das despesas do governo federal, tendo apenas um elemento de despesa, que corresponde por mais de 90% do total das despesas do grupo (66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos) e 52% dos órgãos superiores executam este objeto de despesa. Deste modo, o grupo representou outro “bloco”, não sendo considerado na análise multivariada de componentes principais.

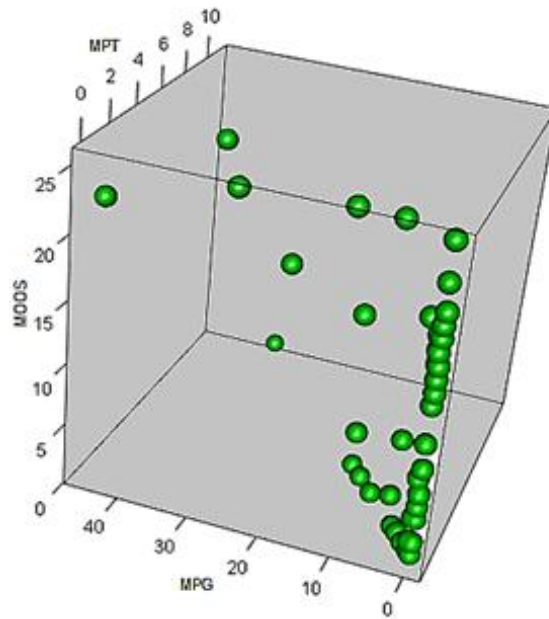
Com base nos critérios propostos, obtiveram-se de cada elemento de despesa dos grupos: *Investimentos*, *Outras Despesas Correntes e Pessoal e Encargos Sociais*, a participação média do elemento de despesa no grupo (PMG), a participação média do elemento de despesa no total (PMT) e a média de ocorrências nos órgãos superiores (MOOS).

A figura 13 está representando a distribuição dos elementos de despesa em relação às três variáveis. Pode-se observar uma maior concentração de elementos entre 0% a 1% de participação média no grupo e no total da despesa pública. Da mesma forma, é observável no gráfico a discriminação de 2 grupos em relação à média de ocorrência nos órgãos superiores. Ainda poucos elementos de despesa têm participação significativa no total dos gastos públicos, mas, em relação aos grupos de despesa, elas possuem expressiva representação.

No que se refere à frequência máxima de órgãos superiores que executam o mesmo elemento de despesas, destacam-se os elementos: *vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil (11)*; *obrigações Patronais (13)*; *outras despesas variáveis - Pessoal Civil (16)* e *equipamentos e material permanente (52)*. Tais elementos constituem-se despesas de custeio e de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, exceto as obrigações patronais.

Observa-se que há um elemento que se destaca dos outros, possui alta frequência de execução pelos órgãos superiores e a participação no grupo, se refere às *obras e instalações (51)*, sendo coerente, pois a maioria dos órgãos realiza este gasto para manter a infraestrutura adequada.

Figura 13 - Gráfico Dinâmico da Distribuição dos Elementos de Despesa em relação as variáveis analisadas



Fonte: Dados da pesquisa.

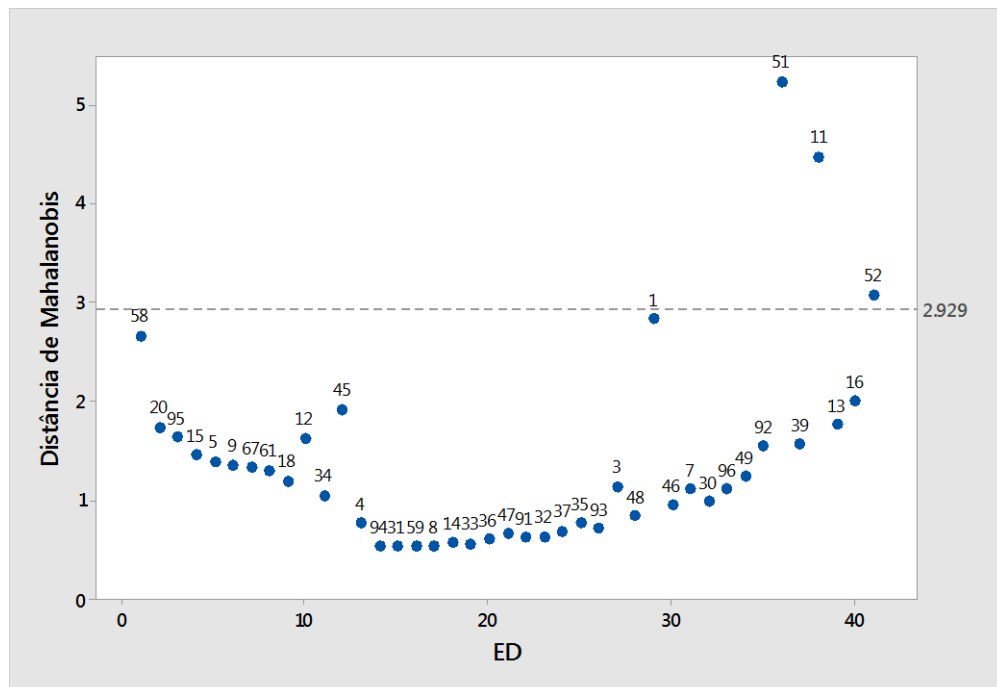
Apesar de alguns elementos de despesa apresentarem relativa frequência de execução nos órgãos superiores, há os que são concretizados por determinados órgãos, é o caso do pagamento de *Aposentadorias dos Servidores Inativos do Regime Próprio de Previdência do Servidor*, e de *Reserva Remunerada e Reformas dos Militares*; dos segurados do *Plano de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Pensões e outros benefícios*, relativos à área rural e urbana; e também há o gasto com os *Benefícios Mensais ao Deficiente e ao Idoso*. O Ministério da Previdência Social é o único órgão que efetua essas despesas, e possuem uma participação considerável nos gastos públicos do governo federal.

A mesma situação ocorre com as *Despesas com Contribuições (41)*, que se referem às despesas orçamentárias às quais não corresponde contraprestação direta em bens e serviços e não são reembolsáveis pelo receptor, inclusive as destinadas atender as despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente. Apenas o Ministério da Fazenda executou este elemento de despesa e a representação tanto no grupo como no total não atinge o valor de 1%.

As *Despesas Variáveis com Pessoal militar* também é um elemento de despesas que têm apenas 2 órgãos superiores realizando este tipo de gasto. Desta maneira, estes elementos de despesa foram retirados do banco de dados utilizado na análise multivariada de componentes principais.

Antes de aplicar a análise multivariada, realizou-se a distância de Mahalanobis, que detectou a ocorrência de dados discrepantes (Todorov & Filzmoser, 2009), denominados *outliers*. A figura 14 traz os elementos de despesa que apresentaram este comportamento: as *Aposentadorias e Reformas*, os *Vencimentos e Vantagens Fixas*, as *Obras e Instalações*, os *Equipamentos e Material Permanente*. São elementos de despesa que as próprias nomenclaturas permitem um fácil entendimento por todos os cidadãos. Foram descartados da análise multivariada para não interferirem no resultado.

Figura 14 - Gráfico da distância de Mahalanobis dos Elementos de Despesa



Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados obtidos pela técnica dos componentes principais, bem como seus respectivos autovalores e porcentagens da variância explicada por componentes, estão apresentados na tabela 2. A primeira componente principal (CP1) explicou 65,5% da variação total dos dados. A segunda componente principal (CP2) explica 30,8% da variabilidade total ainda não explicada pela primeira componente, e a terceira componente principal (CP3) apenas 3,7%.

Tabela 2 - Variância explicada e cumulativa ao longo das componentes principais

CP	Autovalores	Variância explicada	Variância cumulativa
1	1.965	0.655	0.655
2	0.924	0.308	0.963
3	0.111	0.037	1.000

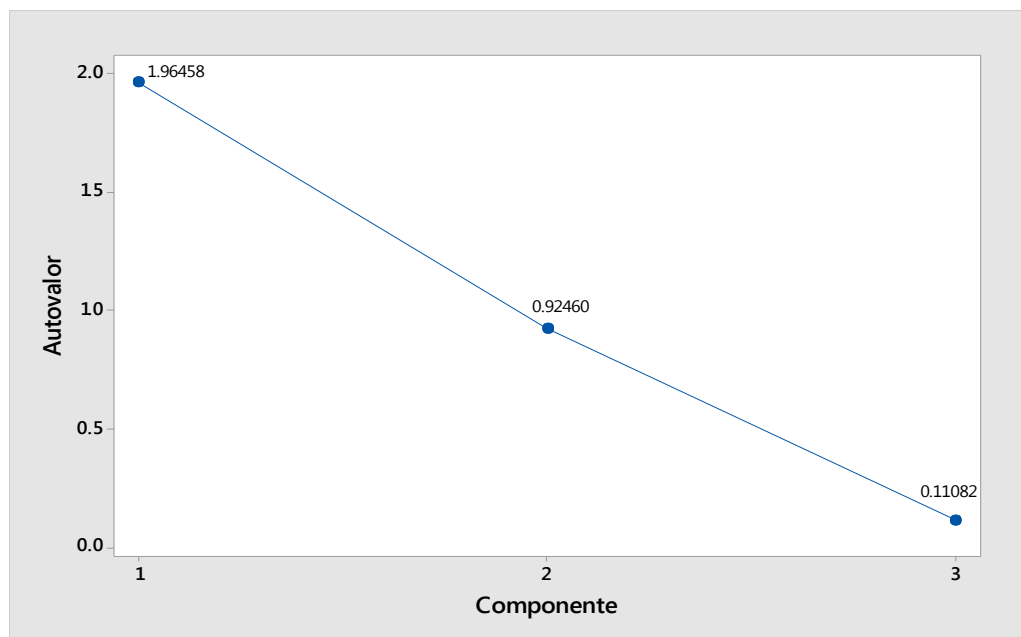
Legenda: CP- Componente principal.

Fonte: Dados da pesquisa.

As duas primeiras componentes são responsáveis por 96,3% da variância total explicadas por elas. Portanto, as informações mais relevantes dos dados amostrais originais estão contidas nessas duas componentes principais, uma vez que a terceira componente contribui pouco para a variância total original. De acordo com Lopes (2001), Manly (2008) e Ayres (2012), devem-se utilizar somente os primeiros componentes principais quando a soma das variâncias for igual ou superior a 80%. Para Regazzi (2000), o número de componentes utilizados deve ser aquele que acumula 70% ou mais de proporção da variância total.

Para reforçar a determinação dos números de componentes principais, realizou-se *Scree-plot* (figura 15), confirmando que os dois primeiros componentes principais são responsáveis pela variância total do conjunto de dados. Portanto, duas primeiras componentes reúnem os elementos de despesa que melhor representam os gastos públicos do Poder Executivo do Governo Federal.

Figura 15 - Gráfico do perfil dos autovalores dos três componentes



Fonte: Dados da pesquisa.

Com os autovalores pode-se avaliar a importância de cada variável original com os componentes principais através da correlação entre eles. Neste caso, não prevaleceu o critério de Kaiser (1960), no qual deve ser utilizado somente os autovalores que estão acima de um. Foi levado em consideração o critério de Lopes (2001), Manly (2008) e Ayres (2012), que se referem à percentagem acumulada da variação explicada das primeiras componentes principais.

O gráfico de *Scree-plot* esboça o comportamento dos autovalores em relação aos componentes principais, que evidencia a importância das duas primeiras componentes em relação a terceira componente (mesmo a segunda componente estando próxima de 1). Onde a componente 1 se destaca pelo seu autovalor e as variáveis originais que tem maior peso são as MPG e MPT, respectivamente, pode-se chamá-la de componente de participação média do elemento de despesa no grupo e no total. Já o componente 2 tem seu autovalor 0,92, e a variável original MOOS tem um peso mais considerável em relação às outras variáveis, podendo-se chamá-la de componente da média de ocorrência de órgão superior que executa o elemento de despesa (tabela 3).

As variáveis MPG e MPT contribuem para explicar o componente 1, mas a variável MPG (0.687) contribui mais para o componente em relação à outra, por ter o vetor de maior comprimento e por estar mais próxima ao eixo CP1. A variável MOOS tem o vetor maior e está mais próximo do eixo CP2.

Tabela 3- Componentes Principais (autovetores)

	<i>Autovetores</i>		
	<i>CP1</i>	<i>CP2</i>	<i>CP3</i>
MPT	0.670	-0.268	0.693
MPG	0.687	-0.131	-0.715
MOOS	0.282	0.955	0.096

Legenda: CP. – Componente principal; MPT- participação média do elemento de despesa no total; MPG - participação média do elemento de despesa no grupo de despesas; MOOS - Média de ocorrência de órgão superior.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os escores calculados pela análise de componente principal assumiram valores (pesos) positivos e negativos (tabelas 4 e 5). Os escores são as projeções dos objetos originais no espaço das componentes principais, ou seja, são as novas coordenadas dos objetos nas novas variáveis que são as componentes principais

(LYRA et al., 2010). Em síntese, seria ter um novo conjunto de variáveis não correlacionadas que melhor explique os relacionamentos entre os dados originais.

Para facilitar a análise, foi utilizada a função `ORDEM.PORCENTUAL` do *Excel*®, que transforma valores positivos e negativos em percentagens (normalização de dados) (SILVA; SILVA; BORGES, 2015, p.302), sendo mais esclarecedora que os escores. Desse modo, os elementos de despesa foram ordenados de acordo com a percentagem, onde as primeiras posições apresentam os melhores desempenhos.

As duas primeiras componentes principais foram analisadas separadamente por não existir correlação entre elas. Hongyu, Sandanielo e Oliveira Júnior (2015, p.88) em seu trabalho, de maneira bem simples, explicam que a correlação entre as componentes principais da ACP é zero, ou seja, a variação explicada em CP1 é independente da variação explicada em CP2 e assim por diante. Por isso que esta análise multivariada reduz as dimensões das variáveis originais, sem haver perda de informação.

Observa-se na tabela 4 que os elementos de despesa **39**, 03, 12, **13**, 45, **30**, 93, **48,16**, **92**, 37 estão mais relacionados com a componente em análise por apresentarem escores positivos e altamente significativos, enquanto a segunda componente principal (tabela 5) relaciona-se aos elementos de despesa **16**, **92**, 49, **13**, 96, 07, 46, **39**, **30**, 35, **48**, principalmente, com maior carga fatorial (escores).

Como o ordenamento dos escores percebeu que apenas um elemento de despesa ocupa a mesma posição em ambas componentes principais, as *obrigações patronais* (4º).

As *obrigações patronais*, são despesas que a administração pública, como papel de empregadora, tem que honrar com os encargos, tais como fundo de garantia por tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das contribuições de que trata este elemento de despesa (BRASIL, 2014a). Enquanto os outros elementos de despesa apresentam posições diferenciadas em ambos componentes.

Tabela 4 - Ordenação dos Elementos de Despesa na CP1

P	Elementos de Despesa	CP1	%
1º	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.117	0.972
2º	03 - Pensões do RPPS e do militar	4.008	0.945
3º	12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	3.103	0.918
4º	13 - Obrigações Patronais	2.704	0.891
5º	45 - Equalização de Preços e Taxas	2.343	0.864
6º	30 - Material de Consumo	0.656	0.837
7º	93 - Indenizações e Restituições	0.057	0.810
8º	48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0.020	0.783
9º	16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.001	0.756
10º	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	-0.075	0.729
11º	37 - Locação de Mão-de-Obra	-0.169	0.702
12º	46 - Auxílio-Alimentação	-0.310	0.675
13º	32 - Material de Distribuição Gratuita	-0.322	0.648
14º	96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	-0.355	0.621
15º	07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	-0.356	0.594
16º	49 - Auxílio-Transporte	-0.370	0.567
17º	91 - Sentenças Judiciais	-0.413	0.540
18º	35 - Serviços de Consultoria	-0.435	0.513
19º	36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-0.485	0.486
20º	47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	-0.554	0.459
21º	33 - Passagens e Despesas com Locomoção	-0.558	0.432
22º	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	-0.583	0.405
23º	14 - Diárias – Civil	-0.585	0.378
24º	08 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	-0.652	0.351
25º	94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	-0.658	0.324
26º	59 - Pensões Especiais	-0.662	0.297
27º	31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	-0.680	0.270
28º	04 - Contratação por Tempo Determinado	-0.779	0.243
29º	61 - Aquisição de Imóveis	-0.869	0.216
30º	34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	-0.898	0.189
31º	05 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	-0.997	0.162
32º	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	-1.014	0.135
33º	67 - Depósitos Compulsórios	-1.024	0.108
34º	09 - Salário-Família	-1.035	0.081
35º	15 - Diárias – Militar	-1.052	0.054
36º	95 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	-1.106	0.027

Legenda: P - posição no *ranking*; CP1= escores da primeira componente principal; %=percentagem calculada pela função ORDEM.PORCENTUAL.

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5 - Ordenação dos Elementos de Despesa na CP2

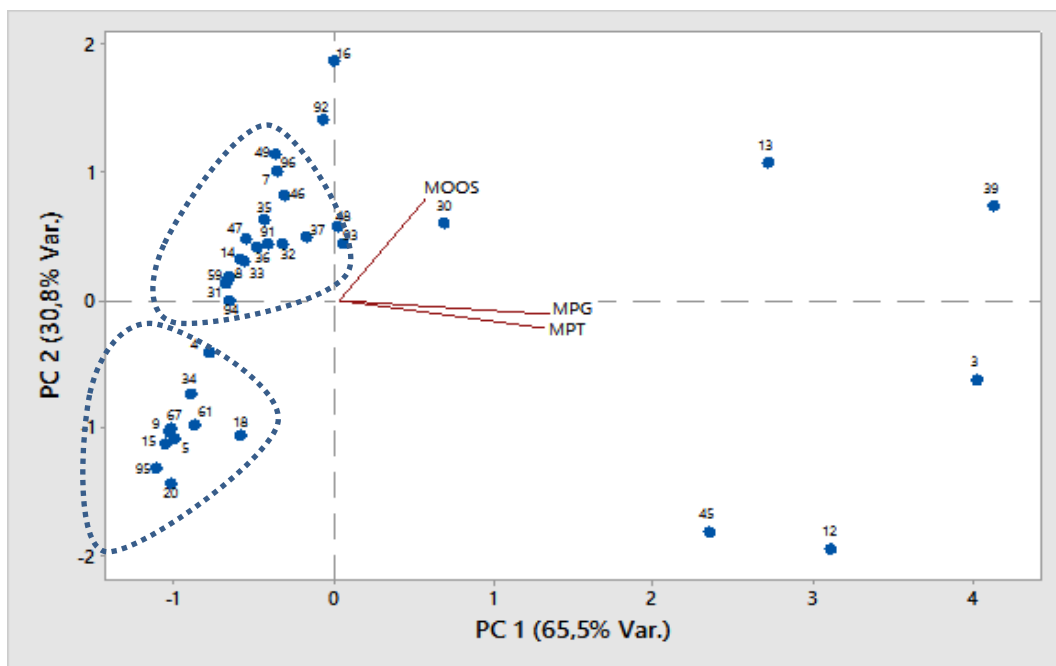
P	Elementos de Despesa	CP2	%
1º	16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.861	0.972
2º	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.401	0.945
3º	49 - Auxílio-Transporte	1.128	0.918
4º	13 - Obrigações Patronais	1.068	0.891
5º	96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	1.004	0.864
6º	07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0.999	0.837
7º	46 - Auxílio-Alimentação	0.808	0.810
8º	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.722	0.783
9º	30 - Material de Consumo	0.676	0.756
10º	35 - Serviços de Consultoria	0.625	0.729
11º	48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0.610	0.702
12º	37 - Locação de Mão-de-Obra	0.483	0.675
13º	93 - Indenizações e Restituições	0.473	0.648
14º	47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0.467	0.621
15º	91 - Sentenças Judiciais	0.431	0.594
16º	32 - Material de Distribuição Gratuita	0.428	0.567
17º	36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.399	0.540
18º	14 - Diárias – Civil	0.306	0.513
19º	33 - Passagens e Despesas com Locomoção	0.297	0.486
20º	08 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	0.172	0.459
21º	59 - Pensões Especiais	0.147	0.432
22º	31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	0.125	0.405
23º	94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	-0.007	0.378
24º	04 - Contratação por Tempo Determinado	-0.420	0.351
25º	03 - Pensões do RPPS e do militar	-0.638	0.324
26º	34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	-0.739	0.297
27º	61 - Aquisição de Imóveis	-0.986	0.270
28º	67 - Depósitos Compulsórios	-1.008	0.243
29º	09 - Salário-Família	-1.032	0.216
30º	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	-1.061	0.189
31º	05 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	-1.088	0.162
32º	15 - Diárias – Militar	-1.133	0.135
33º	95 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	-1.315	0.108
34º	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	-1.436	0.081
35º	45 - Equalização de Preços e Taxas	-1.811	0.054
36º	12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	-1.953	0.027

Legenda: P - posição no *ranking*; CP1= escores da segunda componente principal; %=percentagem calculada pela função ORDEM.PORCENTUAL.

Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico dos escores das CP1 x CP2 (figura 16) mostra a disposição das 36 amostras originadas da ACP. Pode-se perceber a formação de dois agrupamentos distintos, sendo um formado pelas amostras positivas de CP2 e outra formada pela parte negativa de CP2, estes elementos apresentam características similares. Também há outros elementos que estão dispersos na parte positiva CP1, as amostras com maior peso foram consideradas as mais importantes do ponto de vista estatístico.

Figura 16 - Gráfico dos escores das PC1 e PC2 para os Elementos de Despesa



Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto, pode-se interpretar que os elementos de despesa que têm escores de valores elevados e/ou percentual igual ou maior de 70% são os mais expressivos. Para estabelecer este atributo, observou-se o comportamento de todos os escores e percebeu-se que quando chegavam à percentagem menor da que foi estipulada, os elementos de despesa começavam a se agrupar, desviando o objetivo do estudo, que não é verificar a similaridade dos dados, mas elementos de despesa que tragam informações significativas.

A partir deste momento, estabeleceram-se os grupos e elementos de despesa que apresentam informações importantes para o período analisado (PPA 2012 -2015). Deste modo, a hipótese que foi norteadada nesta pesquisa exploratória

foi comprovada, que alguns grupos e elementos de despesa podem explicar os gastos públicos do Poder Executivo Federal.

Portanto, os grupos de despesa *Amortização e Juros da Dívida e Inversões Financeiras* e os elementos de despesa *39- Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas*, *30- Material de Consumo*, *16- Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil*, *13- Obrigações Patronais*, *48- Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas*, *92- Exercícios Anteriores* representam e explicam o comportamento dos gastos públicos.

Os elementos de despesa foram obtidos da análise de componentes principais. De modo que o grupo *Amortização e Juros da Dívida e Inversões* se destaca pela sua participação total e *Inversões Financeiras* possui apenas um elemento de despesa com percentual elevado em relação ao total das despesas do grupo, tornando os outros elementos deste grupo insignificantes.

4.1 PRODUTO: CIDADÃO COMO FOCO – DASHBOARD

Um dos objetivos do trabalho era gerar um produto final que divulgasse as despesas públicas, por ser um assunto julgado importante e de interesse da sociedade, conforme os trabalhos de Miranda et al. (2008), Manoel (2010), Batista e Freire (2014) e Freire (2014). Sendo assim, a publicação destas informações precisa ser apresentada de maneira simples, objetiva e que aproxime a linguagem técnica da sociedade.

Porém, antes de apresentar o resultado, é necessário compreender o que é o produto final. Neste contexto, o produto é uma proposta de ação gerada a partir de uma pesquisa cujo enfoque está voltado primeiramente para a compreensão e depois para uma aplicação direta no campo no qual ele se insere (LATINI, et al., 2011).

A partir dessa definição, começou-se a pensar qual seria o produto ou a ferramenta que pudesse explicar o resultado obtido na pesquisa, de uma forma autoexplicativa, atrativa, intuitiva, dinâmica, descomplicada, entendível e transparente, que proporcionasse uma visão geral das informações. Pensando em algo que englobasse todas estas propriedades, optou-se pelos *dashboards*.

Os *dashboards* são parte integrante e fundamental da área de *Business Intelligence*, sendo eventualmente chamados de "Ferramentas de BI" (PESSITO; STEIN, 2014). Turban (2009) coloca que *dashboard* é a interface de usuário, que

proporciona uma visão rápida e abrangente do desempenho corporativo, proveniente de múltiplas áreas dos negócios por meio de apresentações gráficas.

Lima e Lima (2010) explicam que *dashboard* é uma das ferramentas de visualização que permite apresentar as informações de maneira compreensível aos usuários e fornece uma visão abrangente e amigável dos indicadores chaves de desempenho e suas tendências e exceções. Complementando, Few (2006) coloca que *dashboard* é um display visual das informações, com uma única tela pode-se monitorar as informações num piscar de olhos, envolve o poder da percepção visual para comunicar uma densa coleta de informações de forma eficiente e com clareza excepcional.

Dias (2007) coloca que os *dashboards*, painéis de instrumentos, reúnem um conjunto de estruturas de visualização de informações, de modo que a interação entre elas forneça significado ao exibirem suas relações, permitindo visualizar informações do geral para o detalhe. Ou seja, conforme o usuário interagir com as partes do painel, este deve apresentar, em proporção maior, os detalhes sobre as informações solicitadas, técnica conhecida como *overview-detail*.

O mesmo autor elucida que *dashboard* é uma poderosa ferramenta de visualização das informações, pois basta as informações estarem armazenadas em um banco de dados para se realizar uma análise detalhada e rápida das mesmas. Também permite divulgar informações através de um *layout* diferente.

Dessa maneira, julgou-se que os *dashboards* seriam uma ótima ferramenta de visualização para apresentar os resultados obtidos pela análise ACP, que foram os elementos de despesa que estão repetidos no CP1 e CP2, que são o caso de *Outras Despesas Variáveis - Pessoais Civis (16)*, *Despesas de Exercícios Anteriores (92)*; *Obrigações Patronais (13)*; *Material de Consumo (30)*; *Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas (48)*; *Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas (39)*; bem como o grupo de despesa *amortização de juros da dívida e Inversões Financeiras*.

Os resultados foram exportados para o *Tableau Plubic*, conforme a figura 17, que possibilitou criar representações gráficas, evolução histórica, cruzamento de dados, propriedades estas julgadas por Manoel (2010) e Batista e Freire (2014) como sendo limitações que o PGTF apresentava.

Figura 17 - Banco de dados no *Tableau Public*

The screenshot shows the Tableau Public interface with a data source connection between 'Planilha2' and 'Planilha1'. Below the connection, a data table is displayed with the following columns and rows:

#	Abc	#	#	#	Abc	Abc	#
Planilha1	Planilha1	Planilha1	Planilha1	Planilha2	Planilha2	Planilha2	Planilha2
Código 1	Elemento de Desp...	Total no Ano (R\$)	Participação no T...	Ano	Elemento de Desp...	Órgão Superior	Total
21	21 - Juros sobre a Divi...	10.869.814.840,46	0,007790	2012	13 - Obrigações Patro...	MINIST. DA AGRICUL...	789.523.786...
22	22 - Outros Encargos ...	76.177.849,00	0,000055	2012	13 - Obrigações Patro...	MINIST. DA AGRICUL...	789.523.786...
23	23 - Juros, Deságios e...	123.291.679.460,43	0,088364	2012	13 - Obrigações Patro...	MINIST. DA AGRICUL...	789.523.786...
24	24 - Outros Encargos ...	25.180.768,28	0,000018	2012	13 - Obrigações Patro...	MINIST. DA AGRICUL...	789.523.786...
71	71 - Principal da Divid...	95.701.892.026,49	0,068590	2012	13 - Obrigações Patro...	MINIST. DA AGRICUL...	789.523.786...
72	72 - Principal da Divid...	211.290.906.986,77	0,151434	2012	13 - Obrigações Patro...	MINIST. DA AGRICUL...	789.523.786...
74	74 - Correção Monetá...	13.001.855.922,45	0,009319	2012	13 - Obrigações Patro...	MINIST. DA AGRICUL...	789.523.786...
76	76 - Principal Corrigid...	297.164.997.037,02	0,212981	2012	13 - Obrigações Patro...	MINIST. DA AGRICUL...	789.523.786...

Fonte: Dados da pesquisa no *Tableau Public*.

As formatações visualizadas nas figuras 18 e 19 são alguns exemplos de como podem ser representados os gastos públicos através dos gráficos como de linha, de treemap, de bolhas e de área e entre outros. Mostraram que é possível apresentar estas informações de uma maneira mais simples. Além disso, corroboram com a pesquisa de Freire (2014), que constatou que 46% dos respondentes gostariam de visualizar os gastos públicos na forma de gráficos e mapas e 59% gostariam que o portal possuísse uma ferramenta ou propriedade de associar/cruzar os dados e informações.

Figura 18 - *Dashboard* - Modo Painel

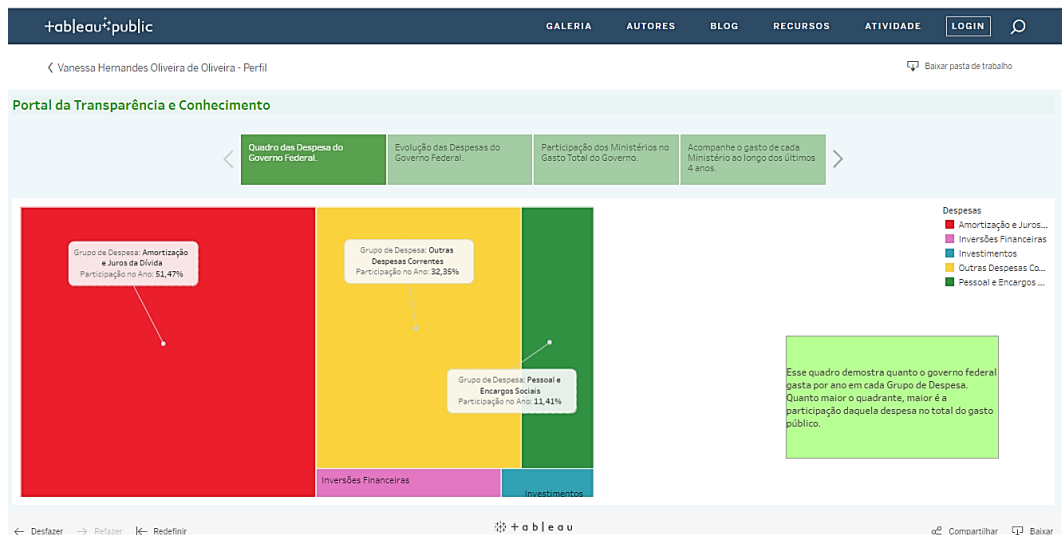


Fonte: Dados da pesquisa no *Tableau Plubic*. Disponível em: <<https://goo.gl/EszMhj>>. Acesso em: 29 de outubro de 2016.

No caso do painel, é possível inserir legendas, o que facilita a apresentação e a leitura dos gráficos. Outro recurso importante são os filtros, pois o cidadão pode acompanhar, e selecionar conteúdo específicos, ocorrendo uma interação entre usuário e painel, sendo uma característica destacado por Dias (2007).

Além dessas propriedades relatadas, há outras, que os profissionais da área sabem explorar e aplicar adequadamente.

Figura 19 - *Dashboard* – Modo História



Fonte: Dados da pesquisa no *Tableau Plubic*. Disponível em: <<https://goo.gl/EszMhj>>. Acesso em 29 de outubro de 2016.

A forma de divulgação dos dados no modo história, foi possível substituir algumas nomenclaturas para exemplificar como o governo poderia divulgar os gastos públicos através de uma linguagem cidadã. Este aspecto ainda é um dos desafios governamentais (BRASIL, 2014c).

Desta forma, poderia representar o grupo *Amortização e Juros da Dívida* por uma nomenclatura simples como “Dívida Pública”, o *Pessoal e Encargos Sociais* por “Servidor Público” e o *Outras Despesas Correntes* por “Manutenção”.

Essa “tradução” não constitui uma forma de negar ao cidadão o conhecimento da nomenclatura técnica, mas utilizar essas denominações como estratégia para apresentar informações contábeis através de uma linguagem que a população consiga compreender com mais facilidade e clareza.

A linguagem objetiva e de fácil compreensão e a apresentação clara das informações são características destacadas pelos autores Cappelli (2009), Souza et al. (2010), Oliveira Jr., Jordão, Castro Jr. (2014) como sendo primordial para promover a transparência pública, possibilitando que a sociedade compreendesse sem maiores dificuldades.

Dessa maneira, as informações referentes às despesas públicas do governo federal, especificamente do Poder Executivo, foram apresentadas com uma formatação diferenciada em relação ao Portal da Transparência do Governo Federal, não só transformando dados em informações, mas possibilitando gerar conhecimento sobre a temática.

Fica comprovada a possibilidade de reduzir a dimensionalidade dos dados sem comprometer o resultado, e, assim garantir que a transparência vá além de publicar informações ou dados, como Silva e Carreira (2014) colocam, que é importante se preocupar com inteligibilidade da informação, ampliando a transparência para qualquer cidadão.

4.2 AVALIAÇÃO DO PRODUTO: CIDADÃO COMO FOCO - *DASHBOARD*

Para avaliar se as formas de apresentação das informações referente às despesas públicas ficariam mais clara e objetiva, de tal modo que se facilitasse o entendimento, foi realizado duas enquetes numa rede social onde buscou-se comparar duas opções de *dashboard*, em comparação ao Portal da Transparência.

Na primeira enquete ocorreu empate entre o *dashboard* modo painel e o Portal da Transparência do Governo Federal, ou seja, não houve diferença em relação à visualização, como pode ser visualizado na figura 20.

No *dashboard* modo painel, as informações são apresentadas em uma única tela, o que levou as pessoas a terem dificuldade na compreensão, pois o excesso de

informações prejudicou a apresentação do *dashboard* e, conseqüentemente, o entendimento.

Corroborando os resultados das pesquisas de Nazário, Silva e Rover (2012), que avaliaram a qualidade das informações disponibilizadas no PTGF utilizando o *farmework*, concluíram que as características *Clear* (informação é compressível), *Concise* (informação pontual) e *Convenient* (informação atende a necessidade do usuário) foram os critérios que se destacaram negativamente. Freire (2014) também aponta que o excesso de informação confunde os usuários.

Dessa maneira, o *dashboard* modo painel não atendeu as expectativas dos respondentes, evidenciando que a sociedade quer informações mais objetivas, simples e claras para que possam ser facilmente compreendidas.

Figura 20 - Resultado da Primeira Enquete PTGF x *Dashboard* Modo Painel



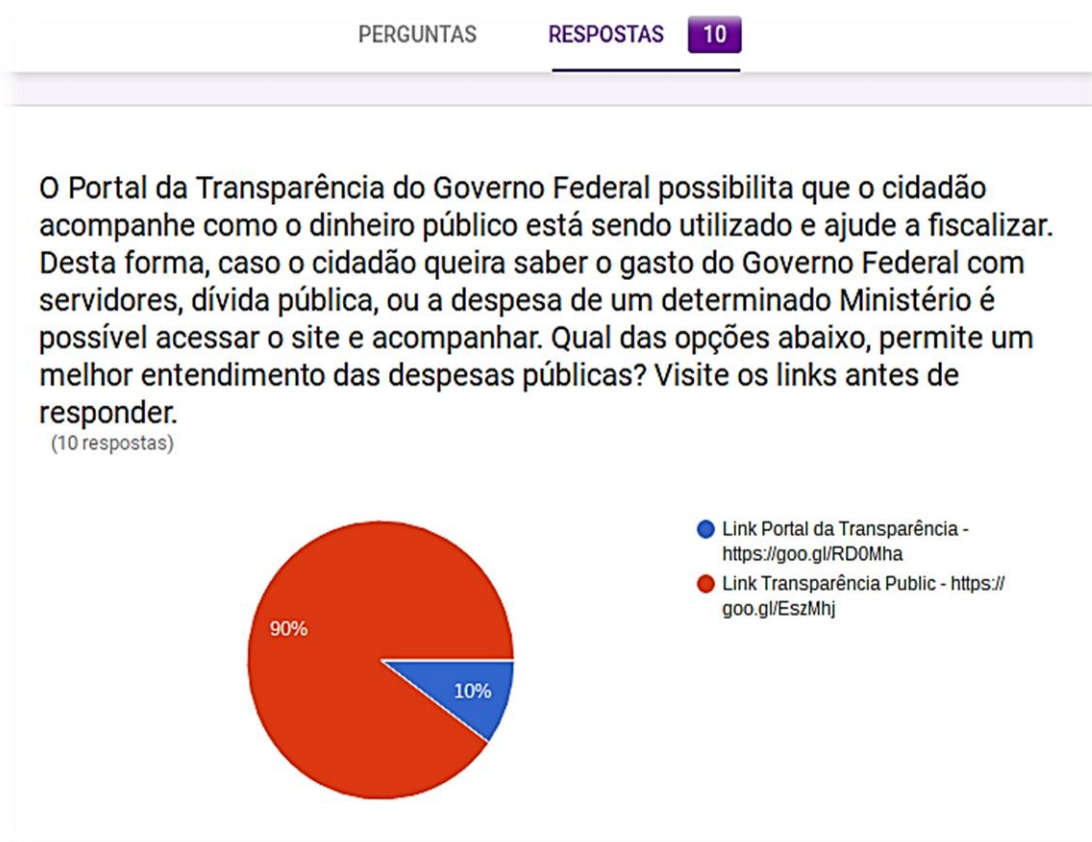
Fonte: Dado da Pesquisa. Disponível em <<https://docs.google.com/>>. Acesso em 31 de outubro de 2016.

A segunda enquete mostrou o resultado diferente da primeira, como pode ser visto na figura 21. Nessa 90% dos respondentes entenderam melhor as

despesas públicas na configuração do *dashboard* modo história, onde as informações são visualizadas por etapas. Observa-se que as pessoas visualizaram melhor os conteúdos quando foram apresentados de uma maneira mais simples e clara.

Freire (2014) em sua pesquisa relata as sugestões dos usuários do portal como: a construção de um *layout* mais dinâmico, com links e botões maiores, utilização de maiores opções de cores, a opção de áudio para deficientes visuais, aperfeiçoamento do mecanismo de filtros, disponibilização das informações de maneiras intuitivas e dinâmicas, como por meio de tabelas, gráficos e mapas, com objetivo de tornar a consulta ao Portal mais intuitiva, direta e objetiva, facilitando a localização dos dados e informações consultadas. Algumas funcionalidades citadas pelo autor foram contempladas no *dashboard* modo história, contribuindo para uma maior aceitação.

Figura 21 - Resultado da Segunda Enquete PGTF x *Dashboard* Modo História



Fonte: Dado da Pesquisa. Disponível em <<https://docs.google.com/>>. Acesso em 31 de outubro de 2016.

Desse modo, o governo federal poderia usar o *dashboard* como uma ferramenta de apoio ao Portal da Transparência do Governo Federal, sendo outro mecanismo para facilitar a transparência pública e assim fomentar a participação social.

5 CONCLUSÃO

O Portal da Transparência do Governo Federal é uma ferramenta que promove a transparência pública em consonância com as legislações vigentes, sendo de grande valia para sociedade. O portal possibilitou que entes públicos divulgassem informações que antes ficavam concentradas nas repartições públicas.

O portal foi uma evolução e um benefício para todos os brasileiros, pois é uma ferramenta de transparência que apresenta uma riqueza de dados, que permite que novas estratégias sejam criadas ou aprimoradas a partir dele, principalmente, em relação a divulgação das informações públicas.

Alternativas que rompem a barreira entre a sociedade e a linguagem técnica utilizada pelo Portal da Transparência devem ser exploradas. O estudo, com base nos dados do PTGF, e a partir das análises utilizadas, reduziu a massa de dados do Portal da Transparência, com mínima perda de informação, atingindo o objetivo de identificar grupos e elementos de despesa que melhor representem os gastos públicos federais.

Dos cinco grupos de despesa, os que tiveram representação significativa nos gastos públicos durante o período analisado foram os *Amortização e Juros da Dívida e Inversões Financeiras*. Já os elementos de despesa, houve uma redução considerada, passando de setenta elementos para seis, que são: 39- *Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas*, 30- *Material de Consumo*, 16- *Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil*, 13- *Obrigações Patronais*, 48- *Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas*, 92- *Exercícios Anteriores* representam e explicam o comportamento dos gastos públicos.

Estes grupos e elementos de despesa podem assumir o papel de “indicadores”, que contribuam na caracterização e explicação do comportamento da natureza dos gastos públicos do Poder Executivo. Essas informações assumem pesos consideráveis entre as outras despesas públicas presentes no portal, constituindo-se informações que a sociedade deseja saber, segundo Miranda et al. (2008), Manoel (2010), Batista e Freire (2014) e Freire (2014).

A divulgação dos resultados no painel *dashboard* modo história, favoreceu a compreensão das mesmas através de uma formatação diferenciada, de acordo com a enquete realizada pela pesquisa. Dessa maneira, o *dashboard* pode ser utilizado como uma ferramenta de apoio para o Portal da Transparência e assim prestar

contas de forma clara e objetiva, possibilitando que cidadão consiga apoderar-se destas informações e assim ter conhecimento e subsídios para exercer a sua cidadania.

Uma ferramenta que ajude a promover a transparência, com uma formatação e visualização diferenciada da que existe atualmente, pode motivar os cidadãos a participar, fiscalizar e controlar as ações dos governantes eleitos pela sociedade. A democracia pressupõe que o cidadão, em conjunto com os órgãos controles, assumam suas responsabilidades sociais e pratique a cidadania em plenitude.

A pesquisa oferece resultados para futuros estudos em relação às despesas públicas, em especial, a possibilidade de analisar o comportamento dos gastos públicos federais durante o PPA (2012-2015) e estabelecer relações com outras temáticas, por exemplo, orçamento público e responsabilidade fiscal.

Portanto, espera-se que a pesquisa venha contribuir com transparência pública, permitindo que as pessoas consigam ter uma visão geral de como e onde os recursos públicos são aplicados. Por fim, almeja-se que surjam novos estudos sobre o assunto e, desta forma, ampliem-se ferramentas que impulsionem a transparência pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel; MEDEIROS, Marcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó. *Gestão de Finanças Públicas*. 2.ed. Brasília: Ed. Gestão Pública, 2008. 579 p.

ALMEIDA, Ana Magela Rodriguez; CAMARGO, Sandro da Silva. *Aplicando técnicas de business intelligence sobre dados de desempenho acadêmico: Um estudo de caso*. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/erbd/2015/012.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

ALVES, Diego Prandino. *Acesso à informação pública no Brasil: um estudo sobre a convergência e a harmonia existentes entre os principais instrumentos de transparência e de controle social*. 2011.64f. Monografia (Sexto Concurso de Monografias da CGU), Controladoria-Geral da União, Brasília. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/concursos/6_ConcursoMonografias.asp. Acesso em: 14 out. 2015.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. *Contabilidade pública: da teoria à prática*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ARAÚJO, Lucas de Ramos; DE SOUZA, Jairo Francisco. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais abertos em dados ligados. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2011.

ARAÚJO, Renata Mendes; CAPPELLI, Claudia; LEITE, Júlio Cesar Sampaio do Prado. A importância de um modelo de estágio para avaliar transparência. *Revista TCMRJ*, Rio de Janeiro, v.10, n. 45, p. 97-103, set. 2010.

AYRES, Emérito Manuel. *Elementos de bioestatística: a seiva do açazeiro*. 2. ed. Belém: Supercores, 2012.

BARBOSA, Alex Gonçalves. *Análise de Cluster da variabilidade orçamentária na Administração Pública Federal*. 2014. 119f. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

BATISTA, Carlos Marcos; FREIRE, Felipe Ribeiro. *Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência do Governo Federal*. UnB, 2014. Disponível em: <http://www.Portal.datransparencia.gov.br/sobre/Boletim/Especial_Pesquisa-de-Avaliacao2014.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015.

BIZERRA, André Luiz Villagelim. *Governança no setor público: a aderência dos relatórios de gestão do Poder Executivo municipal aos princípios e padrões de boas práticas de governança*. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis),

Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. Auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência. In: IV CONGRESSO CONSAD, 2011, Brasília/DF. *Anais*. Brasília/DF: CONSAD, 2011. 22p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da república Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Controladoria-Geral da União e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Interministerial nº 140, de 13 de março de 2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 de mar. 2006. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_cgu-mpog_140_2006.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Controladoria-Geral da União. *Portal da Transparência do Governo Federal*. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: jun. 2015 a nov. 2016a

_____. Controladoria-Geral da União. *Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão: Orientações para o Gestor Municipal*. Presidência da República, 2. ed. Brasília: CGU, 2010b. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/controlesocial/documentos/ManualIntegridade.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2016.

_____. Controladoria-Geral da União; *Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão: Orientações para o Gestor Municipal*. Presidência da República, 3ª ed. Brasília: CGU, 2013c. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica/integridade/arquivos/manualintegridade2013.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2016.

_____. Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010a. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 maio 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. *Guia de implantação de Portal da Transparência*. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_portaltransparencia.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 mai. 2000. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm >. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de mar, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003d. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 mai. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2 do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005 e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. Lei nº 13.341, de 30 de setembro de 2016. Altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória no 717, de 16 de março de 2016. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 set.2016. Disponível em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/09/2016&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=200>>. Acesso em 08 dez.2016.

_____. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*. Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Válido a partir do exercício de 2015. 6. ed. Brasília: 2014a. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773>. Acesso em: 15 de set. 2016.

_____. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. *Manual de*

Despesa Nacional: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 1. ed. Brasília: STN, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/proplan/departamentos/dcf/copy_of_manuais/manual-de-despesa-nacional>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual técnico de orçamento (MTO)*. Edição 2015. Brasília, 2014b. 188 p.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2015*. Brasília, 2014c. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamento-cidadao/ofat-2015/mp_ofat-2015_web.pdf>. Acesso: 10 ago. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Orçamento Federal. Despesa de Capital e Despesa Corrente*. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/glossario_view?letra=D>. Acesso: 17 ago. 2016b.

_____. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. *Controladoria Geral da União*. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br>>. Acesso em: jul. a dez. 2016c.

_____. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelecem conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências. 1999. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/port_42.pdf>. Acesso em: 21 jul. 16.

_____. Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_Interm_163_2001_Atualizada_2011_23DEZ2011.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. *Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios*. Brasil Transparente, Brasília/DF: TCU, 2013b.

_____. Tesouro Nacional. *Glossário*. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario>>. Acesso em: 22 ago. 2016d.

_____. Tribunal de Contas da União. *Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria*. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014d.

CALDAS, Luiz Carlos Agner. *Arquitetura de informação e governo eletrônico diálogo cidadãos-Estado no World Wide Web: estudo de caso e avaliação ergonômica de usabilidade de interfaces humano-computador*. 2007. 354p. Tese (Doutorado em

Design) – Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAPPELLI, C. *Uma abordagem para transparência em processos organizacionais utilizando aspectos*. 2009, 328p. Tese (Doutorado em Informática) – Departamento de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/>>. Acesso em: 20 ago.2016.

CIBORRA, Claudio. Interpreting e-government and development: efficiency, transparency or governance at a distance? *Information Technology & People*, Bingley, v. 18, n. 3, p .260 – 279, jan.2005.

COPE, Orin K. O Ciclo Orçamentário. In: JAMESON, SAMUEL H. *Orçamento e Administração Financeira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1963.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 3.v.

CULAU, Ariosto Antunes; FORTIS, Martin Francisco de Almeida. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In: XI CONGRESSO CLAD, 2006, Ciudad de Guatemala. *Anais*. Ciudad de Guatemala: CLAD, 2006.

DIAS, Mateus Pereira. *A contribuição da visualização da informação para a Ciência da Informação*. 2007. 116p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo.

EVANGELISTA, Lúcio. *Controle social versus transparência pública*. 2010. 34p Dissertação (Especialização em Orçamento Público). Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Brasília, DF, 2010.

FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. *Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado (2015)*. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2015/02/24/gastos-com-a-divida-publica-em-2014-superaram-45-do-orcamento-federal-executado/>> Acesso: 25 set. 2016.

FERREIRA, Sérgio Guimarães; ARAUJO, Erika A. Modernização da gestão: E-governo o que ensina a experiência internacional. *Informe SF* (Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES), Rio de Janeiro, n. 17, ago. 2000.

FEW, Stephen. *Information Dashboard Design - The effective visual communication of data*. Sebastopol: O'Really Media, 2006.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. *Metodologia do trabalho científico*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

FREIRE, Felipe Ribeiro. *Desafios para a transparência pública: um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal*. 2014. 283 f. Dissertação

(Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

FREY, Klaus et al. Sociedade: acesso à informação. In: SPECK, BRUNO WILHELM (org.). *Caminhos da transparência*. Campinas: Unicamp, 2002, p.378-408.

GANT, Diana Burley; GANT, John P. Enhancing e-service delivery in state government. In: ABRAMSON, MARK A.; MORIN, THERESE L. (Ed.) *E-Government 2003*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2003, p. 53-80.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância).

GOMES FILHO, Adhemar Bento. O desafio de implementar uma gestão pública transparente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., Santiago. Santiago: [s.n.], 2005.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 11. ed. ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber. *Contabilidade pública – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 152p.*

HAIR, Junior et al. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HONGYU, Kuang; SANDANIELO, Vera Lúcia Martins; DE OLIVEIRA JUNIOR, Gilmar Jorge. Análise de componentes principais: Resumo Teórico, Aplicação e Interpretação. *E&S Engineering and Science*, Cuiabá, v. 5, n. 1, p. 83-90, 2016.

JARDIM, José Maria. Governo eletrônico no Brasil: o portal rede governo. *Arquivística Net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 28-37, 2007. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30773-32930-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LATINI, Rose Mary et al. Análise dos produtos de um mestrado profissional da área de ensino de Ciências e Matemática. *Ensino, Saúde e Ambiente*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.52-57, 2011.

LATTIN, James; CARROLL, J. Douglas; GREEN, Paul E. *Análise de dados multivariados*. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 455 p.

LINDSTEDT, Catharina; NAURIN, Daniel. Transparency is not enough: making transparency effective in reducing corruption. *International Political Science Review*, New York, v. 31, n. 3, p. 301-322, ago. 2010.

LIMA, Álvaro Vieira; LIMA, Davi Marques. Business intelligence como ferramenta gerencial no suporte ao processo de business performance management. *Universitas: Gestão e TI*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 111-12, jan./jun. 2010.

LOPES, Cristiano Aguiar. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. *Caderno de Finanças Públicas*, Brasília, n. 8, p. 5-40, 2007.

LOPES, Luís Felipe Dias. *Análise de componentes principais à confiabilidade de sistemas complexos*. 2001.138f. Tese (Doutorado Engenharia de Produção) – Centro de Engenharia de Produção, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis.

LYRA, Wellington da Silva et al. Classificação periódica: um exemplo didático para ensinar análise de componentes principais. *Química Nova*, São Paulo, v. 33, n. 7, p. 1594-1597, jun. 2010.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão; BROTTI, Vera; ENSSLIN, Sandra Rolin; ENSSLIN, Leonardo. Proposta de um modelo para avaliar o grau de transparência das demonstrações financeiras publicadas por uma instituição pública de ensino superior brasileira: a abordagem da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista. *Revista UnB Contábil*, Brasília, v. 11, n. 1-2, p. 170-186, jan./dez. 2008.

MACHADO JR, José Teixeira.; REIS, Heraldo da Costa. *Lei n. 4.320 Comentada: e a Lei de Responsabilidade Fiscal*. 31. ed. Rio de Janeiro: Ibmam, 2002/2003.

MACRUZ, J.C. et al. *Responsabilidade fiscal: pessoal, renúncia de receita, dívida, controle*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

MANLY, B. J. F. *Métodos estatísticos multivariados: uma introdução*. Tradução de Sara Ianda Carmona. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. 229p.

MANOEL, Geovane Teixeira. *Portal da Transparência do Governo Federal: Funcionalidades, Limitações e Potencialidades*. 2010. 104 p. Monografia (Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MARTINS, Pablo Luiz; VÉSPOLI, Bianca de Souza. O Portal da Transparência como ferramenta para a Cidadania e o desenvolvimento. *Revista de Administração da Fatea*, Lorena, v. 6, n. 6, p. 93-102, jan./jul. 2013.

MATOS, Lucas dos Santos; BERNARD, Ricardo Rodrigues Stark. Proposta de sistema business intelligence para a gestão pública: Maximização da eficiência com foco na necessidade popular. RACI. *Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU*, Getúlio Vargas, v. 8, p. 1-13, ago. 2014.

MEDEIROS, Clayton Gomes de; WACHELESKI, Marcelo Paulo. A lei de acesso à informação e o Princípio da transparência na Administração Pública. In: *CONPEDI UFPB. (Org.). A humanização do Direito e a Horizontalização da justiça no século XXI. Direito e Administração Pública I*. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. I, p. 31-47.

MEIJER, Albert. Understanding modern transparency. *International Review of Administrative Sciences*, v. 75, n. 2, p. 255-269, jun. 2009.

MELLO, Paulo César Nunes Sousa; CAVALCANTE, Zuila Paulino. O Processo Orçamentário Brasileiro. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 8., 2011. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2011. p.1-11.

MILESKI, Hélio Saul. A transparência da Administração Pública pós-moderna e o novo regime de responsabilidade fiscal. *Revista Interesse Público*, Belo Horizonte, vol. 12, n. 62, p. 15-51, jul./ago. 2010.

MIRANDA, Luiz Carlos; MOURA SILVA, Alan José de; RIBEIRO FILHO, José Francisco; MARTINS DA SILVA, Lino. Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo Balanço Orçamentário. *BBR - Brazilian Business Review*, Vitória, v. 5, n. 3, p. 209-228, set./dez. 2008.

MOSER, Cornelia. *How Open is "Open as Possible"?* Three Different Approaches to Transparency and Openness in Regulating Access to EU Documents', HIS Political Science Series 80. Vienna: Institute for Advanced Studies, 2001.

MOTA, Francisco Glauber Lima. *Curso básico de contabilidade pública*. 2. ed. Brasília: Cidade, 2006.

MUSZINSKI, André Amaral; BERTAGNOLLI, Silvia de Castro. *Business intelligence: um sistema de apoio a decisões gerenciais*. 2009. Disponível em: <http://www.uniritter.edu.br/graduacao/informatica/sistemas/downloads/tcc2k9/TCCII_Andre_2009_2.pdf>. Acesso em: 25 out.15.

NASCIMENTO, Stefanie Giulyane Vilela do; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; DIAS, Guilherme Ataíde. A tecnologia da informação e a gestão pública. *Revista do Mestrado Profissional Gestão em Organizações Aprendentes*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 167 – 182, 2012.

NAZÁRIO, Débora Cabral; SILVA, Paulo Fernando da; ROVER, Aires José. Avaliação da qualidade da informação disponibilizada no Portal da Transparência do Governo Federal. *Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico*, Florianópolis, n. 6, p. 180-192, jun. 2012.

NOBLAT, Pedro Luiz Delgado; BARCELOS, Carlos Leonardo Klein; SOUZA, Bruno Cesar Grossi de. *Módulo 4: classificações orçamentárias*. Brasília: ENAP, 2014.

NUNES, Gissele Souza Franceschi et al. Análise dos instrumentos de transparência contidos na lei de responsabilidade fiscal nos municípios da região sul. *Revista Ambiente Contábil – UFRN*, v. 5., n. 2, p. 128 – 150, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Paulo Meira Silva; MUNITA, Casimiro Sepúlveda. Estudo Comparativo dos Escores Fatoriais e de Componentes Principais em Dados Arqueométricos. In: NONA ESCOLA DE MODELOS DE REGRESSÃO, 2005, São Pedro. *Programa e Resumos*. São Paulo: Associação brasileira da Estatística, 2005. v. 1. p. 69-69.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Oliveira55/publication/282813702_Estudo_comparativo_dos_scores_fatoriais_e_de_componentes_principais_em_dados_arqueometricos/links/561d088008ae50795afd7138.pdf>. Acesso em: 08 dez.2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Temístocles Murilo de; JORDÃO, Claudia da Silva; CASTRO JUNIOR, Joel de Lima Pereira. Transparência, monitoramento e avaliação de programas no Brasil: em busca de opacidades que podem restringir o exercício do controle social. *Revista do Serviço Público*, v. 65, n. 1, p. 25-47, 2014.

PASSOS, Antônio de Pádua Ferreira; CASTRO, Priscila de Souza Cavalcante. O Orçamento e a Dívida Pública Federal. In: SILVA, ANDERSON CAPUTO; CARVALHO, LENA OLIVEIRA DE; MEDEIROS; OTAVIO LADEIRA DE. (Orgs.). *Dívida Pública: a experiência brasileira*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009. p. 219 -241. Disponível em:

<http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/livro/livro_eletronico_completo.pdf>. Acesso em: 07 jul. 16.

PESSATO, Thiago; STEIN, Mônica. O design como diferencial estratégico na construção de *dashboards*. In: 11º CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN.4. 2014. Gramado. *Anais...Gramado: Blucher*. 2014, v. 1, p. 2872-2883.

PINHO, José Antônio Gomes. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública (RAP)*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-93, mai./jun. 2008.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio.; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. *Contabilidade pública – uma abordagem da administração financeira pública*. 10. ed. São Paulo: Atlas 2009.

PRADO, Otávio. *Governo eletrônico, reforma do estado e transparência: o programa de governo eletrônico do Brasil*. 2009. 197 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

PRADO, Otávio; RIBEIRO, Manuella Maia; DINIZ, Eduardo. Governo eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro. In: PINHO, JOSÉ ANTONIO GOMES DE. (Org.). *Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-39.

REGAZZI, A.J. *Análise multivariada*, notas de aula INF 766. Departamento de Informática da Universidade Federal de Viçosa, v.2, 2000.

RIBEIRO, Manuella Maia. *O uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de combate à corrupção do Governo Federal: ComprasNet e o Portal da Transparência*. 2008. 60p. Monografia (3º Concurso de Monografias da Controladoria-Geral da União), Controladoria-Geral da União, Brasília/DF.

RODRIGUES, José Geraldo Loureiro. Controle, transparência e acesso à informação no governo federal do Brasil: o portal da transparência. In: X CONGRESSO CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 18-21 oct, 2005, Santiago, Chile. *Anais...* Santiago: CLAD, 2005.

SABINO, Claudia Vilhena Schayer; LAGE, Ludmila Vieira; ALMEIDA, Katiane Cristina De Brito. Uso de métodos estatísticos robustos na análise ambiental. *Engenharia Sanitária e Ambiental* [online], v. 19, n. spe, p. 87-94, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-41522014000500087&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 21 jun. 2016.

SANTOS, Luciano Aparecido de; CAMACHO, Eliane Utrabo. Orçamento público municipal: uma análise no município de Cosmópolis/SP com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*. João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 82-94, mai./ago. 2014.

SANTOS, Maribel Yasmina; RAMOS, Isabel. *Business Intelligence: tecnologias da informação na gestão de conhecimento*. Lisboa: FCA Editora de Informática, 2006.

SENADO NACIONAL. Exercício Financeiro. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/exercicio-financeiro>>. Acesso: 21 jul. 2016.

SILVA, Helena Pereira da; LIMA, Jussara Borges de. *Governo eletrônico e informação utilitária: uma relação necessária para uma efetiva inclusão digital*. 2007. Artigo [on-line] disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29560-29576-1-PB.pdf> >. Acesso em: 31 jul. 2016.

SILVA, José Afonso da. *Direito constitucional positivo*, 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade Governamental: Um enfoque Administrativo*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Maria Paula Almada; CARREIRO, Rodrigo. A qualidade da informação pública: uma análise do grau de transparência dos portais de cinco estados brasileiros. *Comunicologia - Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília, Águas Claras*, v. 6, n. 2, p. 03-24, 2014.

SILVA, Maurício Corrêa da; SILVA, José Dionísio Gomes da; BORGES, Erivan Ferreira. Análises de componentes principais para elaborar índices de desempenho

no setor público. *Revista Brasileira Biometria*, Jaboticabal, v. 33, n. 3, p. 291-309, set. 2015. Disponível em: <http://jaguar.fcav.unesp.br/RME/fasciculos/v33/v33_n3/A2_Mauricio_JoseDionisio.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2016.

SOUZA, Fábila Jaiany Viana de et al. Uma análise sobre a evidenciação das contas públicas das capitais brasileiras. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 29, n. 1. Jan./abr. 2010.

TABLEAU. *Painéis comerciais*. Disponível em: <<http://www.tableau.com/pt-br/solutions/business-dashboards>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

TABLEAU DESKTOP. *Disponibilizar o trabalho*. Disponível em: <<https://onlinehelp.tableau.com/current/pro/desktop/pt-br/present.html>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

THOMÉ, Valéria Simone. *Instrumentos de planejamento e a nova lei de finanças públicas*. 2012. 60f. Projeto de Monografia (Especialização em Orçamento Público), Instituto Serzedello Corrêa, Tribunal de Contas da União, Brasília, DF.

TODOROV, Valentin & FILZMOSER, Peter. An object-oriented framework for robust multivariate analysis. *Journal of Statistical Software*.v.32, Issue 3, p. 1-42, October 2009. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.455.3740&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Using the Right to Information as an Anti-corruption Toll*. Berlin: Transparency International, 2006. Disponível em: <http://oas.org/dil/access_to_information_human_Policy_Recommendations_Transparency_International_Right_to_Information_as_an_Anti-Corruption_Tool.pdf>. Acesso em: 20 jul.2016.

TURBAN, Efraim. *Business intelligence: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

VANTI, Adolfo A.; RAUTER, André; DAL-SOTO, Fábio; SANTOS, Moacir. Configuração informacional na gestão da cadeia de valor e utilização de *Business Intelligence* (BI). *BASE- Revista de Administração e contabilidade* da Unisinos, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 43-52, set./dez. 2004.

VARELLA, Carlos Alberto Alves. *Análise de componentes principais*. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/varella/Downloads/multivariada%20aplicada%20a%20ciencias%20agrarias/Aulas/analise%20de%20componentes%20principais.pdf>>. Acesso em: 10 nov.2016.

VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, Salvador, v. 9, p. 45-62, 2010. Edição especial.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VICINI, Lorena. *Análise multivariada da teoria à prática*. Santa Maria: UFSM, CCNE, 2005. 215 p.

WORLD BANK. Chapter 12. *Governance and management*. In: GLOBAL EVALUATIONS SOURCEBOOK, 2007. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/EXTGLOREGPARPROG/Resources/sourcebook.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2015.

APÊNDICE A – Elementos de Despesa

Quadro 2 - Alguns Elementos de Despesa

ELEMENTO DE DESPESA ⁵	DESCRIÇÃO
01 – Aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social (RPPS), Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	Despesas orçamentárias com pagamento de aposentadorias dos servidores inativos do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, e de reserva remunerada e reformas dos militares.
03 – Pensões do RPPS e do Militar	Despesas orçamentárias com pagamento de pensões civis do RPPS e dos militares.
04 - Contratação por Tempo Determinado	Despesas orçamentárias com a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com legislação específica de cada ente da Federação, inclusive obrigações patronais e outras despesas variáveis, quando for o caso.
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	Despesas orçamentárias com: Soldo; Gratificação de Localidade Especial; Gratificação de Representação; Adicional de Tempo de Serviço; Adicional de Habilitação; Adicional de Compensação Orgânica; Adicional Militar; Adicional de Permanência; Adicional de Férias; Adicional Natalino; e outras despesas correlatas, de caráter permanente, previstas na estrutura remuneratória dos militares.
15 - Diárias – Militar	Despesas orçamentárias decorrentes do deslocamento do militar da sede de sua unidade por motivo de serviço, destinadas à indenização das despesas de alimentação e pousada.
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	Despesas orçamentárias, realizadas diretamente ou por meio de empresa contratada, com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamento, pedágios, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas e suas respectivas

⁵ Os conceitos e as especificações dos elementos de despesa constam no texto da Portaria Interministerial STN/SOF nr 163, de 4 de maio de 2001.

	bagagens, inclusive quando decorrentes de mudanças de domicílio no interesse da administração.
--	--

(continuação)

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Despesas orçamentárias com: Vencimento; Salário Pessoal Permanente; Vencimento ou Salário de Cargos de Confiança; Subsídios; Vencimento do Pessoal em Disponibilidade Remunerada; Gratificações, tais como: Gratificação Adicional Pessoal Disponível; Gratificação de Interiorização; Gratificação de Dedicção Exclusiva; Gratificação de Regência de Classe; Gratificação pela Chefia ou Coordenação de Curso de Área ou Equivalente; Gratificação por Produção Suplementar; Gratificação por Trabalho de Raios X ou Substâncias Radioativas; Gratificação pela Chefia de Departamento, Divisão ou Equivalente; Gratificação de Direção Geral ou Direção (Magistério de 1º e 2º Graus); Gratificação de Função-Magistério Superior; Gratificação de Atendimento e Habilitação Previdenciários; Gratificação Especial de Localidade; Gratificação de Desempenho das Atividades Rodoviárias; Gratificação da Atividade de Fiscalização do Trabalho; Gratificação de Engenheiro Agrônomo; Gratificação de Natal; Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Contribuições e de Tributos; Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso22; Gratificação de Produtividade do Ensino; Gratificação de Habilitação Profissional; Gratificação de Atividade; Gratificação de Representação de Gabinete; Adicional de Insalubridade; Adicional Noturno; Adicional de Férias 1/3 (art. 7º , inciso XVII, da Constituição); Adicionais de Periculosidade; Representação Mensal; Licença-Prêmio por assiduidade; Retribuição Básica (Vencimentos ou Salário no Exterior); Diferenças Individuais Permanentes; Vantagens Pecuniárias de Ministro de Estado, de Secretário de Estado e de Município; Férias Antecipadas de Pessoal Permanente; Aviso Prévio (cumprido); Férias Vencidas e Proporcionais; Parcela Incorporada (ex-quintos e ex-décimos);

	Indenização de Habilitação Policial; Adiantamento do 13o Salário; 13o Salário Proporcional; Incentivo Funcional - Sanitarista; Abono Provisório; “Pró-labore” de Procuradores; e outras despesas correlatas de caráter permanente.
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
61- Aquisição de Imóveis	Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras ou para sua pronta utilização.
13 - Obrigações Patronais	Despesas orçamentárias com encargos que a administração tem pela sua condição de empregadora, e resultantes de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência, inclusive a alíquota de contribuição suplementar para cobertura do déficit atuarial, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das contribuições de que trata este elemento de despesa.
5 - Inversões Financeiras	Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.
6 - Amortização da Dívida	Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.
93 - Indenizações e Restituições	Despesas orçamentárias com indenizações, exclusive as trabalhistas, e restituições, devidas por órgãos e entidades a qualquer título, inclusive devolução de receitas quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita correspondente, bem como outras despesas de natureza indenizatória não classificadas em elementos de despesas específicos.

Fonte: Adaptado da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001.

APÊNDICE B – Tabela Dinâmica

Tabela 6 - Médias dos Grupos e Elementos de Despesa no (PPA 2012-2015)

Elementos de Despesa	Média de Participação no Total	Média de Participação no Grupo	Média de Ocorrência no Órgão Superior
01 - Aposentadorias e Reformas	2.71%	22.92%	18
03 - Pensões do RPPS e do militar	1.31%	11.17%	17
04 - Contratação por Tempo Determinado	0.02%	0.18%	10
05 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	0.02%	0.08%	6
06 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	0.51%	1.63%	1
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0.02%	0.19%	19
08 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	0.01%	0.04%	14
09 - Salário-Família	0.00%	0.00%	6
10 - Outros Benefícios de Natureza Social	2.80%	8.74%	1
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.01%	34.90%	25
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.16%	10.11%	8
13 - Obrigações Patronais	0.82%	7.15%	25
14 - Diárias - Civil	0.02%	0.08%	15
15 - Diárias - Militar	0.00%	0.02%	5
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.05%	0.40%	25
17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0.05%	0.45%	2
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0.18%	0.54%	7
19 - Auxílio-Fardamento	0.00%	0.01%	2
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0.03%	0.39%	4
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	0.30%	0.56%	13
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	0.01%	0.02%	8

(continuação)

Elementos de Despesa	Média de Participação no Total	Média de Participação no Grupo	Média de Ocorrência no Órgão Superior
23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	9.55%	18.59%	1
24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	0.00%	0.00%	1
27 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	0.00%	0.00%	1
29 - Dividendos - Empresas Estatais Dependentes	0.00%	0.00%	1
30 - Material de Consumo	0.38%	2.12%	19
31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	0.00%	0.02%	14
32 - Material de Distribuição Gratuita	0.11%	0.33%	16
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	0.03%	0.13%	15
34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	0.02%	0.06%	8
35 - Serviços de Consultoria	0.02%	0.34%	17
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.05%	0.15%	16
37 - Locação de Mão-de-Obra	0.16%	0.52%	17
38 - Arrendamento Mercantil	0.00%	0.00%	1
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.92%	13.25%	25
41 - Contribuições	0.00%	0.02%	1
45 - Equalização de Preços e Taxas	1.40%	4.27%	8
46 - Auxílio-Alimentação	0.07%	0.22%	18
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0.01%	0.09%	16
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0.22%	0.69%	18
49 - Auxílio-Transporte	0.01%	0.04%	20
51 - Obras e Instalações	0.73%	45.61%	22
52 - Equipamentos e Material Permanente	0.46%	27.71%	25
53 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural	3.59%	11.17%	1
54 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana	11.29%	35.09%	1

Elementos de Despesa	Média de Participação no Total	Média de Participação no Grupo	Média de Ocorrência no Órgão Superior
55 - Pensões do RGPS - Área Rural	1.26%	3.92%	1
56 - Pensões do RGPS - Área Urbana	4.21%	13.08%	1
57 - Outros benefícios do RGPS - Área Rural	0.16%	0.48%	1
58 - Outros benefícios do RGPS - Área Urbana	1.60%	4.95%	3
59 - Pensões Especiais	0.01%	0.03%	14
61 - Aquisição de Imóveis	0.01%	0.42%	6
62 - Aquisição de Produtos para Revenda	0.05%	1.57%	4
64 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado	0.01%	0.33%	1
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	0.20%	6.14%	10
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	2.92%	91.92%	13
67 - Depósitos Compulsórios	0.00%	0.01%	6
70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	0.01%	0.04%	1
71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	2.62%	4.91%	4
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	9.84%	18.98%	1
74 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada	0.93%	1.73%	1
76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	28.76%	56.09%	1
77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	0.21%	0.41%	9
81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	0.02%	0.07%	1
91 - Sentenças Judiciais	0.05%	0.32%	14
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0.08%	0.41%	22
93 - Indenizações e Restituições	0.19%	0.70%	14
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0.02%	0.17%	13
95 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	0.00%	0.00%	4
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0.02%	0.19%	19
98 - Compensações ao RGPS	0.97%	2.94%	1

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE C – Formulário da Enquete

Figura 22 – Formulário elaborado para enquete no Google Formulários.

The image shows a Google Form titled "Portal da Transparência - Gastos Diretos do Governo Federal". The form is overlaid on a word cloud background with terms like "cidadão", "dinheiro", "governo", "transparência", "servidores", "dívida pública", "despesa", "Ministério", "despesas públicas", "acompanhar", "fiscalizar", "gasto", "portal da transparência", "public", "links", "responder", "antes", "opções", "acessar", "site", "determinado", "Ministério", "possível", "qual", "abaixo", "permite", "entendimento", "despesas", "públicas", "visite", "links", "antes", "de", "responder".

Portal da Transparência - Gastos Diretos do Governo Federal

Olá amigos,

Estou realizando um pequena enquete e gostaria da colaboração de vocês. É rápido e simples, apenas uma pergunta e vai ajudar bastante, para conclusão da minha dissertação de mestrado. Gostaria de participar?

***Obrigatório**

O Portal da Transparência do Governo Federal possibilita que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. Desta forma, caso o cidadão queira saber o gasto do Governo Federal com servidores, dívida pública, ou a despesa de um determinado Ministério é possível acessar o site e acompanhar. Qual das opções abaixo, permite um melhor entendimento das despesas públicas? Visite os links antes de responder. *

Link Portal da Transparência - <https://goo.gl/RDOMha>

Link Transparência Public - <https://goo.gl/EszMhj>

ENVIAR Página 1 de 1

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Google Formulários